C 61-100

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Manual de Campanha

A DIVISÃO DE EXÉRCITO

2.ª Edição
1989

C 61-100

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Manual de Campanha

A DIVISÃO DE EXÉRCITO

2.ª Edição
1989

Preço: Cr$ 200,00

CARGA
BA 010
EM. 31/10/90

Portaria nº 124-3ª SCh/EME, de 18 de dezembro de 1989

MANUAL DE CAMPANHA C 61-100
A DIVISÃO DE EXÉRCITO

O Chefe do Estado-Maior do Exército, usando das atribuições que lhe conferem os Art 50 e 59 das "Instruções Gerais para as Publicações do Ministério do Exército" (IGPMEx), aprovadas pela Portaria Ministerial nº 890, de 26 de setembro de 1985,

RESOLVE:

1. Aprovar o Manual de Campanha C 61-100 – A DIVISÃO DE EXÉRCITO, 2ª Edição, 1989.

2. Revogar o Manual de Campanha C 61-100 – A DIVISÃO DE EXÉRCITO, 1ª Edição, 1975 (Port nº 22 – EME, de 28 Fev 75).

Gen Ex WALDIR EDUARDO MARTINS
Chefe do E M E

NOTA

Solicita-se aos usuários deste manual a apresentação de sugestões que tenham por objetivo aperfeiçoá-lo ou que se destinem à supressão de eventuais incorreções.

As observações apresentadas, mencionando a página, o parágrafo e a linha do texto a que se referem, devem conter comentários apropriados para seu entendimento ou sua justificação.

A correspondência deve ser enviada diretamente ao EME, de acordo com o Art 75 das IGPMEx, podendo ser utilizada a carta-resposta constante do final desta publicação.

ÍNDICE DOS ASSUNTOS

			Prf	Pag
CAPÍTULO	**1**	**– INTRODUÇÃO**	1-1 e 1-4	1-1
CAPÍTULO	**2**	**– COMANDO E CONTROLE**		
ARTIGO	I	– Comando	2-1 a 2-3	2-1
ARTIGO	II	– Instalações de comando	2-4 a 2-6	2-2
CAPÍTULO	**3**	**– ORGANIZAÇÃO**		
ARTIGO	I	– Base divisionária	3-1 a 3-9	3-1
ARTIGO	II	– Brigadas	3-10 a 3-17	3-5
ARTIGO	III	– Organização para o combate	3-18 a 3-19	3-6
CAPÍTULO	**4**	**– APOIO AO COMBATE E APOIO LOGÍSTICO**		
ARTIGO	I	– Generalidades	4-1 e 4-2	4-1
ARTIGO	II	– Apoio de fogo	4-3 a 4-9	4-2
ARTIGO	III	– A defesa antiaérea na divisão de exército	4-10 e 4-11	4-7
ARTIGO	IV	– Informações	4-12 a 4-18	4-8
ARTIGO	V	– Engenharia	4-9	4-12
ARTIGO	VI	– Comunicações	4-20 a 22	4-13
ARTIGO	VII	– Aviação do Exército	4-23 e 4-24	4-14
ARTIGO	VIII	– Apoio químico biológico e nuclear	4-25	4-16
ARTIGO	IX	– Operações psicológicas	4-26	4-16
ARTIGO	X	– Apoio Logístico	4-27 a 4-29	4-17
CAPÍTULO	**5**	**– OPERAÇÕES OFENSIVAS**		
ARTIGO	I	– Generalidades	5-1 e 5-2	5-1
ARTIGO	II	– Marcha para o combate	5-3 a 5-6	5-1
ARTIGO	III	– Ataque coordenado	5-7 a 5-11	5-4
ARTIGO	IV	– Aproveitamento do êxito e perseguição	5-12 e 5-13	5-11
ARTIGO	V	– Reconhecimento em força	5-14	5-13
CAPÍTULO	**6**	**– OPERAÇÕES DEFENSIVAS**		
ARTIGO	I	– Generalidades	6-1	6-1
ARTIGO	II	– Defesa em posição	6-2 a 6-7	6-1
ARTIGO	III	– Defesa móvel	6-8 a 6-12	6-7
ARTIGO	IV	– Defesa de área	6-13 e 6-14	5-16
ARTIGO	V	– Considerações defensivas especiais	6-15 a 6-20	6-19
ARTIGO	VI	– Movimentos retrógrados	6-21 a 6-25	6-24
CAPÍTULO	**7**	**– OPERAÇÕES DE TRANSPOSIÇÃO DE CURSOS DE ÁGUA**	7-1 a 7-5	7-1
CAPÍTULO	**8**	**– OPERAÇÕES ANFÍBIAS**		
ARTIGO	I	– Generalidades	8-1 a 8-4	8-1
ARTIGO	II	– Organização e comando	8-5 e 8-6	8-2
ARTIGO	III	– Planejamento operacional	8-7 a 8-11	8-2

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1-1. CONCEITO

a. A divisão de exército (DE) é um grande comando operacional da força terrestre, constituído de um número variável de brigadas, não necessariamente idênticas, e por tropas divisionárias, que compreendem unidades de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico. A DE coordena o emprego das brigadas que a integram e, quando necessário, as reforça com meios ou com fogos, para intervir no combate ou prolongar-lhes a ação. Normalmente, não constitui elo na cadeia de apoio logístico.

b. A divisão de exército opera, normalmente, sob o controle direto de um exército de campanha. Eventualmente, pode atuar diretamente subordinada a escalões superiores ao exército de campanha, operando independentemente ou constituindo-se em base para a criação de um exército de campanha. Nesses casos, é elo na cadeia de apoio logístico entre as brigadas que a integram e o escalão superior que a apóia, devendo, para tanto, receber os meios julgados necessários.

1-2. MISSÕES DA DIVISÃO DE EXÉRCITO

a. Missões básicas – As missões básicas da divisão de exército, no quadro de guerra convencional, são:

- destruir as forças inimigas;
- conquistar ou dominar áreas terrestres, suas populações e recursos.

b. Missões complementares – Complementarmente às suas missões básicas, a DE pode ser empregada em ações de defesa interna, contra forças irregulares.

1-3. CARACTERÍSTICAS

a. A divisão de exército possui uma base divisionária e recebe os meios, de combate e de apoio ao combate, necessários ao cumprimento de uma missão específica, geralmente de duração prolongada.

b. A divisão de exército, grande comando operacional, como escalão intermediário entre o exército de campanha – grande comando, executor da ma-

nobra estratégica – e a brigada – grande unidade básica de combinação de armas, executora de manobra tática:

– atenua as limitações das brigadas que a constituem, reforçando-as, complementando suas ações e dando sentido de conjunto aos seus esforços;
– coordena e controla as ações de seus elementos constitutivos, determinando o ritmo da manobra, prescrevendo, quando possível, apoios recíprocos, ajustando seus planos de fogos e mantendo, na conduta do combate, a continuidade dos esforços.

c. O grau de controle que uma DE exerce sobre as brigadas que a constituem depende, principalmente, da amplitude da missão que lhe foi atribuída.

(1) Nas missões amplas, em grandes frentes e profundidades – as mais comuns nas áreas operacionais do continente sul-americano – a DE coordena as ações de suas brigadas dando-lhes grande liberdade de ação, compatível com as suas características de combinar armas, durar na ação e atuar independentemente.
(2) Em outras situações, como nos casos do ataque coordenado e da defesa de área em frentes limitadas, a DE exerce um maior grau de controle sobre suas brigadas.

1-4. POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES

a. A determinação dos tipos e do número de brigadas a serem atribuídas a uma DE depende, fundamentalmente, da missão que lhe for imposta e do ambiente operacional previsto para o seu emprego. Assim, a organização da DE é baseada na missão e no ambiente operacional. Suas possibilidades e limitações dependem, portanto, de sua composição ou, mais precisamente, dos tipos de brigadas que a integram.
b. Uma das limitações que deve ser ressaltada na divisão de exército é decorrente de sua constituição variável. Os elementos que lhe são atribuídos ou retirados, conforme a necessidade da missão, não chegam a adquirir, por isso, "espírito de corpo", predicado moral de alta valia no combate.
c. Merece destaque, para a concepção e execução da manobra, a grande e marcante flexibilidade da DE em receber novos meios, quando se fizer necessário, e de perder aqueles que se tornarem dispensáveis, ao longo das operações, para o cumprimento da missão recebida. Esta característica está restrita à sua capacidade de enquadrar comandos subordinados.

CAPÍTULO 2

COMANDO E CONTROLE

ARTIGO I

COMANDO

2-1. GENERALIDADES

a. A mecanização e a execução, em grande escala, de operações aeromóveis, a capacidade de destruição em massa das modernas armas e o aumento da velocidade e da impulsão das operações de combate modernas exigem alto grau de flexibilidade no exercício do comando. O comandante deve tomar suas decisões rapidamente e executá-las agressivamente. A flexibilidade de raciocínio, da mesma forma que a mobilidade do pessoal e do equipamento, é essencial nos campos de batalha.

b. A missão e a amplitude das operações da divisão de exército impedem que o comandante supervisione pessoalmente todas as tarefas, com oportunidade e da forma desejável. A direção das operações por intermédio de eficaz cadeia de comando e do judicioso emprego de seu estado-maior poupa-lhe tempo e permite maior eficiência do comando.

2-2. COMANDANTE DA DIVISÃO

a. O comandante da DE é o responsável pelo cumprimento da missão recebida, e supervisiona as ações decorrentes, auxiliado pelo seu estado-maior.

b. Eventualmente, o Cmt DE pode expedir ordens ou instruções diretamente às unidades integrantes da artilharia e engenharia divisionárias e das brigadas. Quando isto ocorrer, os comandantes intermediários devem ser informados, e os canais normais de comando serão restabelecidos no mais curto prazo.

2-3. ESTADO-MAIOR

a. O chefe do estado-maior da DE tem por missão assessorar o comandante no exercício do comando. O EM mantém o comandante constantemente informado e o auxilia na realização de estudos de situação, na preparação de or-

dens e na supervisão de todas as atividades da divisão de exército, sob coordenação e supervisão do Ch EM.

b. O estado-maior de uma divisão de exército é composto de um estado-maior geral (EMG), um estado-maior especial (EM Esp) e um estado-maior pessoal do comandante (EMP).

c. A DE recebe, normalmente, da força aerotática, uma equipe de controle aerotático, que se integra a seu EM. Esta equipe inclui um oficial de ligação aérea, oficiais das diversas especialidades da Força Aérea (caça, reconhecimento e transporte) e as praças necessárias.

d. Quando a DE receber, sob controle operacional, um elemento da aviação do exército (Av Ex), o Cmt desse escalão integrará o EM Esp, sendo o assessor do Cmt DE para assuntos relativos à avaliação do exército.

ARTIGO II

INSTALAÇÕES DE COMANDO

2-4. GENERALIDADES

a. O desenvolvimento técnico e a maior mobilidade das forças têm proporcionado aos comandantes meios mais rápidos e eficientes para o cumprimento de suas missões, embora venham tornando mais complexos os problemas a serem solucionados. O comandante deve dispor dos meios necessários à direção e ao controle das forças sob seu comando, à integração dos apoios que lhe forem proporcionados e à coordenação com outras Forças Armadas.

b. Comunicações flexíveis, instalações de comando, normas gerais de ação e adequada organização para o combate possibilitam ao comandante o controle e a coordenação das operações.

2-5. POSTOS DE COMANDO DIVISIONÁRIOS

a. Generalidades – Em campanha, o Cmt DE comanda e controla as operações táticas e as atividades logísticas por intermédio de seus postos de comando que operam em dois escalões, o que permite maior dispersão do pessoal e do equipamento. Estes escalões não são níveis distintos de comando, mas componentes do mesmo. O escalão principal é o posto de comando (PC) e o escalão recuado é designado como posto de comando recuado (PCR).

b. Posto de Comando (PC)

(1) No posto de comando da divisão trabalham, normalmente:

- o comandante e seu estado-maior pessoal;
- o chefe do estado-maior;
- elementos das seções do estado-maior geral;

- elementos das seções do estado-maior especial;
- oficiais de ligação junto à divisão, e
- outros elementos integrados ao comando da divisão.

(2) Na área do PC, para apoiar estes elementos, se desdobram:

- companhia de comando da divisão;
- elementos do batalhão de comunicações;
- elementos da companhia de polícia do exército;
- outros elementos, julgados necessários.

(3) A localização geral do PC é aprovada pelo Cmt DE, mediante proposta do E3, assessorado pelo oficial de comunicações e pelo comandante do quartel-general. O PC deve ser localizado de modo que permita, em qualquer situação, manter-se ligado com os elementos de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico da divisão, bem como com os escalões superior, vizinhos e em apoio.

c. Posto de Comando Alternativo (PC Altn) – A divisão de exército designa um posto de comando alternativo para substituir o posto de comando em caso de neutralização deste, até seu restabelecimento, a fim de garantir o desempenho das funções de comando. É designado o PC de um elemento subordinado, normalmente, o da artilharia divisonária (AD).

d. Posto de Comando Recuado (PCR)

(1) O posto de comando recuado geralmente consiste de algumas seções do estado-maior ou partes destas e de elementos do comando engajados nas atividades logísticas não diretamente relacionadas com o controle das operações de combate ou de apoio ao combate, como a companhia de administração, o ajudante geral, o capelão, o assessor jurídico, elementos da Cruz Vermelha, etc.

(2) Fica localizado, normalmente, na parte posterior da área de retaguarda da DE, próximo ou no interior da área de apoio logístico. O E1 propõe a localização geral do PCR, após coordenação com o E2 (segurança), com o E3 (distribuição de áreas e defesa da área de retaguarda), com o oficial de comunicações (instalações de comunicações) e com o E4 (controle de danos).

e. Grupo de Comando

(1) O grupo de comando não constitui um escalão independente do sistema de comando e controle da DE, mas uma extensão do posto de comando. É organizado quando o comandante se afasta do PC para conhecer melhor uma situação, supervisionar diretamente a execução de ordens, controlar cerrada-

mente a operação ou exercer sua liderança pela presença.

(2) Sua composição é variável, incluindo, normalmente, além do comandante, oficiais do EM, elementos de comunicações e de segurança.

(3) Por ser, em princípio, temporário, o grupo de comando não dispõe de instalações especiais.

2-6. CENTRO DE OPERAÇÕES TÁTICAS (COT)

a. Na DE, normalmente, é estabelecido um COT, com a finalidade de acelerar a capacidade de reação do estado-maior para as operações em curso. O centro não constitui uma organização completamente independente, nem está prevista no quadro de organização da DE. É uma instalação do PC, que contém os representantes das seções dos estados-maiores geral e especial interessados nas operações de combate e apoio ao combate em curso. Esses representantes assessoram o Cmt, proporcionando-lhe as informações correntes, realizando estudos de situação, apresentando-lhe propostas, executando ações de acordo com as normas estabelecidas e emitindo instruções complementares. O centro deve ter o valor mínimo necessário à condução da operação tática e coordenação dos respectivos apoio ao combate e apoio logístico.

b. O chefe do estado-maior é o responsável pela coordenação da atividade do centro com a do restante do estado-maior geral e especial. Normalmente, o E3 é designado supervisor do COT.

c. O manual de estado-maior e ordens contém os pormenores referentes à organização e aos encargos do COT.

CAPÍTULO 3

ORGANIZAÇÃO

ARTIGO I

BASE DIVISIONÁRIA

3-1. GENERALIDADES

a. A base divisionária da DE é constituída de um comando e companhia de comando (Cmdo e Cia C), uma artilharia divisionária (AD), uma engenharia divisionária (ED), um regimento de cavalaria mecanizado RCMec), um batalhão de comunicações (B Com), um batalhão logístico (B Log) e uma companhia de polícia do exército (Cia PE). Na base da divisão encontra-se, normalmente, um esquadrão de ligação e observação (ELO), da força aerotática, que fica com sua operacionalidade empenhada à divisão.

b. A base divisionária capacita a divisão a enquadrar até 5 (cinco) brigadas de qualquer natureza e unidades que lhe forem atribuídas pelo escalão superior.

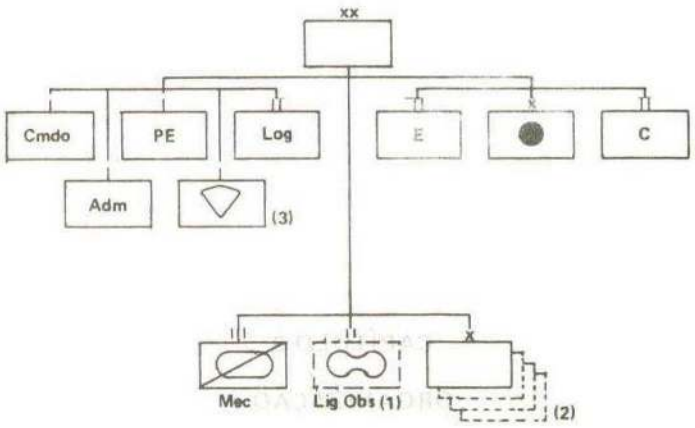
c. A figura 3-1 apresenta a estrutura organizacional de uma divisão de exército.

d. A organização e as possibilidades da artilharia divisionária, da engenharia divisionária, das unidades e das subunidades da base divisionária constam dos respectivos quadros de organização (QO).

3-2. COMANDO E COMPANHIA DE COMANDO

a. O comando divisionário provê comando, controle e supervisão das operações da divisão.

b. A companhia de comando proporciona apoio logístico e de pessoal para o comando da divisão. Normalmente, se instala junto ao posto de comando.



Obs: (1) Da força aerotática, com operacionalidade empenhada.
(2) Número e natureza variáveis.
(3) Quando a Cia As Civ for entreque à DE (CtOp).

Fig 3-1. Estrutura orgaizacional da divisão de exército.

3-3. ARTILHARIA DIVISIONÁRIA (AD)

a. Atribuições

(1) Aprofunda o combate e amplia o apoio de fogo proporcionado pelos grupos orgânicos de brigada;

(2) Coordena o apoio de fogo à divisão;

(3) Planeja e executa a defesa antiaérea a baixa altura de áreas, instalações ou unidades que interessam diretamente à divisão. Nas operações centralizadas, supervisiona o planejamento da defesa antiaérea dos escalões subordinados à divisão, buscando a integração das defesas;

(4) Comanda e controla as unidades de artilharia que integram a artilharia divisionária;

(5) Emprega, quando for o caso, sob seu controle operacional, as unidades de artilharia orgânicas das brigadas;

(6) Realiza a contrabateria dentro do alcance de seu material. Quando a divisão atua independente ou em larga frente, a AD centraliza o planejamento e a execução das atividades de contrabateria;

(7) Participa do sistema de busca de alvos.

b. O comandante da AD é o principal assessor do comandante da divisão em assuntos de apoio de fogo e, como tal, faz parte do estado-maior especial da divisão.

c. Organização

(1) A AD é constituída de um comando, de uma bateria comando, de meios de artilharia de campanha e antiaérea orgânicos e de outros meios recebidos do escalão superior, necessários ao cumprimento de determinada missão.

(2) Os meios orgânicos mínimos da AD compreendem:

- para o apoio de fogo terrestre: dois grupos de artilharia de tubo de calibre médio, uma bateria de lançadores múltiplos de foguetes;
- para a defesa antiaérea: um grupo de artilharia antiaérea para defesa a baixa altura (canhão e míssil);
- para a busca de alvos: uma bateria de busca de alvos.

3-4. ENGENHARIA DIVISIONÁRIA (ED)

a. A engenharia divisionária é constituída de um comando, de uma seção de engenharia no estado-maior especial divisionário e de um batalhão de engenharia de combate orgânico da divisão. Qualquer outra tropa de engenharia posta em reforço à divisão passa, temporariamente, a fazer parte da engenharia divisionária.

b. O batalhão de engenharia de combate (BE Cmb) da divisão tem como missão aumentar seu poder de combate, por meio de trabalhos técnicos e atividades logísticas que visem facilitar o esforço ofensivo e ampliar a potência defensiva. Pode, também, executar trabalhos que visem melhorar as condições de bem-estar das forças em campanha.

c. O comandante da engenharia divisionária é também o engenheiro divisionário e, como tal, faz parte do estado-maior especial da divisão.

d. O engenheiro divisionário assessora o comando da divisão nos assuntos de engenharia e coordena, através dos canais técnicos, o emprego de todo o potencial de engenharia da divisão. Nesse potencial, além dos elementos orgânicos, estão incluídas as engenharias das brigadas, bem como outros elementos de engenharia que estejam trabalhando em proveito da divisão.

3-5. REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO (RC Mec)

O regimento de cavalaria mecanizado é uma unidade de combate organizada para realizar, particularmente, operações de reconhecimento e de segurança, em benefício da divisão. Pode ser empregado em operações ofensivas ou defensivas, como elemento de economia de forças. Entretanto, para ter a capacidade de durar nestas operações, deverá receber reforços.

3-6. BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES (B Com)

a. O batalhão de comunicações é o elemento orgânico da divisão, encarregado de prover o apoio de comunicações por meio da instalação, exploração e manutenção do sistema de comunicações divisionário.

b. O comandante do batalhão é, também, o oficial de comunicações da divisão. No desempenho desta atribuição, dispõe, no comando da divisão, de uma seção de comunicações. Como oficial de comunicações, integra o estado-maior especial da divisão, participando de todo o planejamento de estado-maior, estudando os aspectos de comunicações de interesse para as operações e assessorando o comando da divisão, dentro de seu campo específico. Cabe ao oficial de comunicações planejar, coordenar e supervisionar o emprego das comunicações na divisão. Como comandante do batalhão, dirige e coordena as atividades de sua unidade.

3-7. BATALHÃO LOGÍSTICO E COMPANHIA DE ADMINISTRAÇÃO

O batalhão logístico (B Log) e a companhia de administração (Cia Adm) provem o apoio logístico à base divisionária.

3-8. COMPANHIA DE POLÍCIA DO EXÉRCITO

A companhia de polícia do exército (Cia PE) presta o apoio de polícia à divisão e localiza-se normalmente junto ao PC da divisão.

3-9. ESQUADRÃO DE LIGAÇÃO E OBSERVAÇÃO (ELO)

a. A divisão pode ter a operacionalidade de um esquadrão de ligação e observação empenhada para uma determinada operação.

b. Orgânico de uma força aerotática, o esquadrão permite ligações rápidas à divisão, proporciona um melhor controle das tropas e das operações em curso, podendo ainda executar uma série de missões típicas da aviação leve. Aumenta consideravelmente a capacidade divisionária de segurança e reconhecimento.

c. As subunidades (esquadrilhas) e aeronaves do esquadrão podem ter sua operacionalidade empenhada às brigadas integrantes da divisão.

ARTIGO II

BRIGADAS

3-10. GENERALIDADES

a. A DE pode ser integrada por brigadas de qualquer natureza, podendo haver ou não a predominância de um determinado tipo. Normalmente, enquadra brigadas de infantaria motorizada, de infantaria blindada, de cavalaria blindada e de cavalaria mecanizada. Excepcionalmente pode enquadrar uma brigada de infantaria pára-quedista, uma brigada de infantaria de selva e/ou uma brigada de infantaria de montanha.

b. A brigada é a grande unidade básica de combinação de armas, cuja constituição lhe confere a capacidade de atuar independentemente e de durar na ação. Integram-na, num conjunto equilibrado, unidades de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico. É elo na cadeia de apoio logístico.

c. Para estudo pormenorizado das brigadas, devem ser consultados os quadros de organização e manuais específicos.

3-11. BRIGADA DE INFANTARIA MOTORIZADA (Bda Inf Mtz)

É uma grande unidade capaz de executar o combate terrestre – ofensivo e defensivo – sob quaisquer condições de tempo e terrreno podendo participar de operações que exijam mobilidade, em decorrência de seus meios orgânicos de transporte. Seus elementos de combate são três batalhões de infantaria motorizados e um esquadrão de cavalaria mecanizado.

3-12. BRIGADA DE INFANTARIA BLINDADA (Bda Inf Bld)

É uma grande unidade formada basicamente de unidades de infantaria blindada. Suas características principais são a mobilidade, potência de fogo e relativa proteção blindada. Seus elementos de combate são dois batalhões de infantaria blindados, um regimento de carros de combate e um esquadrão de cavalaria mecanizado. É particularmente apta para as ações terrestres altamente móveis.

3-13. BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA (Bda Inf Sl)

É uma grande unidade formada basicamente de batalhões de infantaria de selva. É organizada para atuar na selva. Suas principais características são fluidez e capacidade de sobrevivência em ambiente de selva. Seus elementos de combate são, basicamente, três batalhões de infantaria de selva.

3-14. BRIGADA DE INFANTARIA PÁRA-QUEDISTA (Bda Inf Pqdt)

É uma grande unidade formada basicamente por batalhões de infantaria pára-quedista. Sua principal característica é a elevada mobilidade estratégica, proporcionada pelo transporte aéreo, associado ao assalto aeroterrestre, com a utilização de pára-quedas. É altamente sensível às condições meteorológicas, e depende do apoio aéreo. É vulnerável, durante o assalto aeroterrestre, e, posteriormente, à ação de blindados inimigos. Seus elementos de combate são três batalhões de infantaria pára-quedista e um esquadrão de cavalaria pára-quedista.

3-15. BRIGADA DE INFANTARIA DE MONTANHA (Bda Inf Mth)

É uma grande unidade capaz de conduzir operações em terreno montanhoso e de sobreviver em ambiente de condições meteorológicas extremas e altitudes elevadas. Seus elementos de combate são, basicamente, três batalhões de infantaria de montanha e um esquadrão de cavalaria de montanha.

3-16. BRIGADA DE CAVALARIA BLINDADA (Bda C Bld)

É uma grande unidade formada basicamente por regimentos de carros de combate. Suas características principais são a ação de choque, a mobilidade, a potência de fogo e a proteção blindada. Seus elementos de combate são dois regimentos de carros de combate, um batalhão de infantaria blindado e um esquadrão de cavalaria mecanizado. Conduz operações terrestres altamente móveis, principalmente de natureza ofensiva. É ainda, particularmente, apta para a execução de operações de aproveitamento do êxito e perseguição.

3-17. BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA (Bda C Mec)

É uma grande unidade formada basicamente de regimentos de cavalaria mecanizados e suas principais características são a grande mobilidade e a potência de fogo. É especialmente apta a cumprir missões de reconhecimento e segurança. Seus elementos de combate são dois regimentos de cavalaria mecanizados e um regimento de cavalaria blindado.

ARTIGOS III

ORGANIZAÇÃO PARA O COMBATE

3-18. COMANDOS

a. O controle da divisão de exército é exercido por intermédio do coman-

do divisionário e dos comandos das brigadas, das artilharia e engenharia divisionárias e das unidades diretamente subordinadas.

(1) Durante as operações, a divisão se organiza, normalmente, nos seguintes comandos:

- brigadas (número variável, de 2 a 5);
- artilharia divisionária;
- engenharia divisionária;
- tropas divisionárias.

(2) Outros comandos podem ser organizados, como por exemplo, uma força-tarefa.

b. O comandante da divisão não altera, em princípio, a composição de suas brigadas, a não ser para reforçá-las. Entretanto, em uma eventualidade, pode reforçar uma brigada com elementos de outra.

3-19. TROPAS DIVISIONÁRIAS

Como tropas divisionárias, são consideradas todas as unidades e comandos não enquadrados pelas brigadas e por forças-tarefa diretamente subordinadas à divisão.

CAPÍTULO 4

APOIO AO COMBATE E APOIO LOGÍSTICO

ARTIGO I

GENERALIDADES

4-1. ELEMENTOS DE APOIO AO COMBATE

a. A artilharia divisionária possui os meios de apoio de fogo e de defesa antiaérea orgânicos mínimos para complementar as necessidades das brigadas que integram a divisão e apoiar o conjunto. Dependendo da situação, a artilharia divisionária recebe do escalão superior meios de artilharia em reforço ou em reforço de fogos, ou ainda o apoio de fogo adicional.

b. O BE Cmb e o B Com Div são, respectivamente, os elementos orgânicos de engenharia e de comunicações da divisão. Estas unidades apóiam as necessidades das brigadas e a divisão como um todo. Estes elementos constituem o mínimo indispensável para a divisão de exército cumprir missões normalmente a ela afetas. O escalão superior normalmente apóia – e pode mesmo reforçar – a divisão com unidades de engenharia e de comunicações.

c. Outros elementos de apoio ao combate podem, ainda, apoiar ou integrar a divisão, tais como: elementos de informações militares, destacamentos de informações técnicas, órgãos de segurança, unidades de comunicações, de defesa química biológica e nuclear (QBN) e de guerra psicológica.

d. A DE poderá receber, também, como apoio ao combate, um elemento de Av Ex. Será usual recebê-lo sob Ct Op, mas outra forma de emprego poderá ser utilizada. O valor desse elemento poderá ser de um batalhão de aviação do exército (B Av Ex) ou escalões menores (subunidade, pelotão, etc).

e. A divisão recebe, também, apoio ao combate, de outras forças. Normalmente, a força aerotática coloca um esquadrão de ligação e observação com sua operacionalidade empenhada à divisão. As forças aéreas e navais apóiam as operações da divisão com fogo, reconhecimento e transporte.

4-2. ELEMENTOS DE APOIO LOGÍSTICO

a. A divisão dispõe, em sua organização, de um batalhão logístico desti-

nado ao apoio da base divisionária e que, também, pode prestar "apoio por área" a outras tropas que se encontrem em regiões próximas.

b. Elementos de apoio logístico do exército de campanha podem ser postos em apoio ou integrando a divisão, de acordo com as exigências da missão e da área de operações. Normalmente, um grupamento logístico do exército de campanha apóia a divisão e suas brigadas, podendo desdobrar-se na área de retaguarda desta.

ARTIGO II

APOIO DE FOGO

4-3. GENERALIDADES

a. O fogo é um dos principais e o mais flexível meio de que dispõe o comandante da divisão de exército para intervir no combate.

b. A missão fundamental das unidades de apoio de fogo é proporcionar um apoio contínuo e oportuno, localizando, identificando, neutralizando ou destruindo os alvos que ameaçam o cumprimento da missão da divisão.

c. O poder de fogo da AD é aumentado pelo apoio aéreo aproximado, pela artilharia do escalão superior e pelo fogo naval.

d. Os pormenores sobre as técnicas e procedimentos dos elementos de apoio de fogo são estudados nos manuais específicos de cada elemento ou força armada.

4-4. COORDENAÇÃO DO APOIO DE FOGO

a. O Cmt DE é o responsável pela coordenação de todos os fogos disponíveis pela divisão. Seus principais assessores nessa tarefa são o chefe da 3ª seção e o Cmt AD. O chefe da 3ª seção tem a função de coordenar o fogo com a manobra. O Cmt AD é o coordenador do apoio de fogo, sendo o responsável, perante o Cmt DE, pelos pormenores da coordenação do apoio de fogo superfície-superfície, pela preparação do plano de apoio de fogo (PAF) e pela supervisão de sua execução.

b. Como coordenador do apoio de fogo da divisão, o Cmt AD, além de ser responsável pela preparação do PAF, coordena, com os demais elementos do centro de operações táticas divisionário (COT/DE), ligados ao apoio de fogo, a elaboração dos respectivos planos de fogo. É, também, responsável pela aplicação coordenada dos meios durante a operação, embora os pormenores dessa aplicação sejam de responsabilidade dos diversos elementos de apoio de fogo, através de seus representantes no COT.

c. O coordenador do apoio de fogo (CAF) executa suas funções, normalmente, por intermédio do elemento de coordenação do apoio de fogo (ECAF) do COT/DE.

4-5. APOIO DE ARTILHARIA

a. Planejamento de fogos

(1) O planejamento de fogos de artilharia começa com o Cmt de subunidade e o observador avançado do grupo de artilharia da brigada. O plano da subunidade, normalmente sob a forma de lista de alvos, é enviado ao centro de coordenação de apoio de fogo (CCAF) da unidade.

(2) No CCAF da unidade, o plano provisório de fogos de artilharia é preparado, consolidando-se os planos das subunidades e acrescentando-se as necessidades próprias do escalão.

(3) Os planos de fogos de artilharia (PFA) das brigadas e o da divisão são planejados e preparados em detalhes nas centrais de tiro dos grupos orgânicos das brigadas e da AD, respectivamente.

(4) No escalão divisão, o ECAF, após a consolidação dos planos das brigadas em coordenação com o E3 e, quando for o caso, com o oficial de defesa QBN, determina as necessidades da divisão em apoio de artilharia que, integradas com as das brigadas, constituem o PFA da divisão. Pormenores sobre o planejamento de fogos de artilharia constam do C 6-1 – EMPREGO DA ARTILHARIA DE CAMPANHA.

b. Fogos inopinados

(1) Os pedidos de apoio de fogo sobre alvos inopinados são encaminhados pelos canais normais de pedidos de tiro da artilharia.

(2) Compete ao CAF ou seu representante, em cada escalão, definir quais os elementos de apoio de fogo capazes de realizar os tiros pedidos, em melhores condições.

(3) Quando a missão de tiro pode ser realizada pelo artilharia do escalão considerado, a execução é desencadeada normalmente. Se, no entanto, os meios são insuficientes ou não têm condições de prestar o apoio adequado, o pedido é encaminhado ao escalão superior de artilharia.

(4) A figura 4-1 apresenta os canais de pedidos de apoio de fogo de artilharia.

c. Iluminação do campo de batalha – Os pedidos de iluminação do campo de batalha seguem as mesmas normas e canais dos pedidos de apoio de fogo.

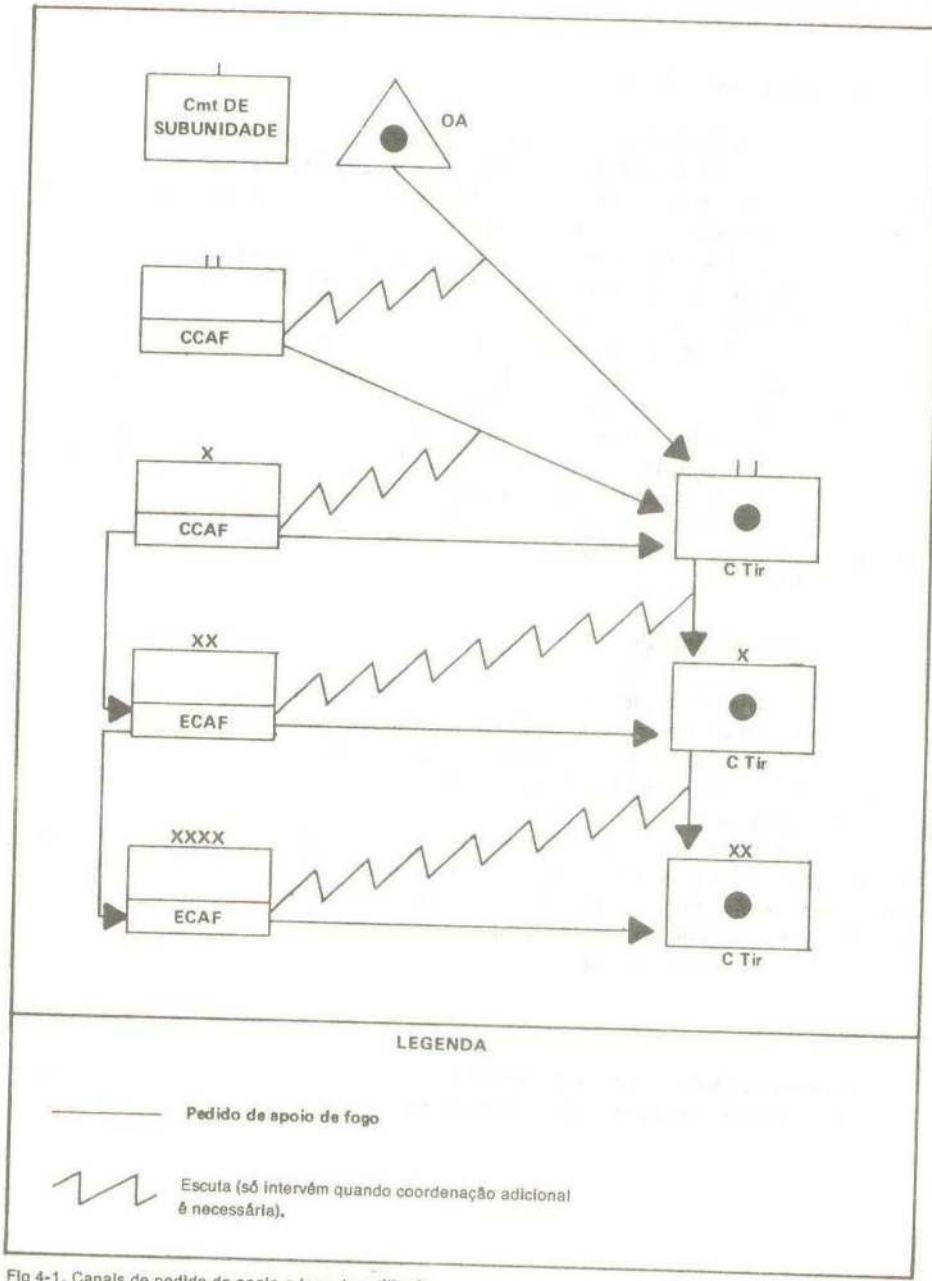


Fig 4-1. Canais de pedido de apoio e fogo de artilharia.

4-6. APOIO AÉREO APROXIMADO

a. Os pedidos de apoio aéreo aproximado podem ter origem em qualquer nível de comando. Estes pedidos podem ser imediados ou pré-planejados. Eles são coordenados em todos os escalões e encaminhados através de uma rede de comunicações que liga esses escalões de comando, desde as unidades até o COT do exército de campanha e o centro de apoio aéreo direto (CAAD) da força aerotática.

b. Os pedidos pré-planejados são encaminhados, através dos canais de comando, ao COT/DE e escalões mais elevados, ou ao centro de coordenação de apoio de fogo, nos níveis brigada e unidade. O COT ou o CCAF, em cada nível de comando, avalia, consolida e encaminha os pedidos ao escalão imediatamente superior. O elemento de apoio aerotático do COT do exército de campanha realiza a consolidação final. Todos os pedidos pré-planejados do apoio aéreo, antes de serem encaminhados ao centro de operações aerotático da força aérea, são consubstanciados na proposta do plano de fogos aéreos. Após obter aprovação dos pedidos, o elemento de apoio aerotático notifica, através dos canais normais, o elemento que fez o pedido, sobre a aprovação deste.

c. Os pedidos imediatos, abaixo do escalão unidade, são transmitidos ao PC da unidade pelos meios mais rápidos disponíveis. Na unidade, os pedidos são avaliados pelo comandante ou seu representante e encaminhados ao CAAD. Os comandos superiores ao interessado permanecem na escuta e o silêncio significa aprovação do pedido.

d. A Força Aérea destina, para trabalhar junto ao COT/DE e aos CCAF das brigadas e unidades, uma equipe de controle aerotático. A equipe assessora (informando e aconselhando) o comandante da organização terrestre apoiada, quanto ao emprego dos meios aéreos e controla as missões de apoio aéreo.

e. Normalmente, como o alcance das estações-rádio dos batalhões, regimentos e brigadas não atinge diretamente o CAAD, cada divisão instala e explora uma rede de pedidos aéreos para retransmitir os pedidos de apoio aéreo imediato dos escalões subordinados.

f. A figura 4-2 apresenta os canais de pedidos de apoio aéreo imediato.

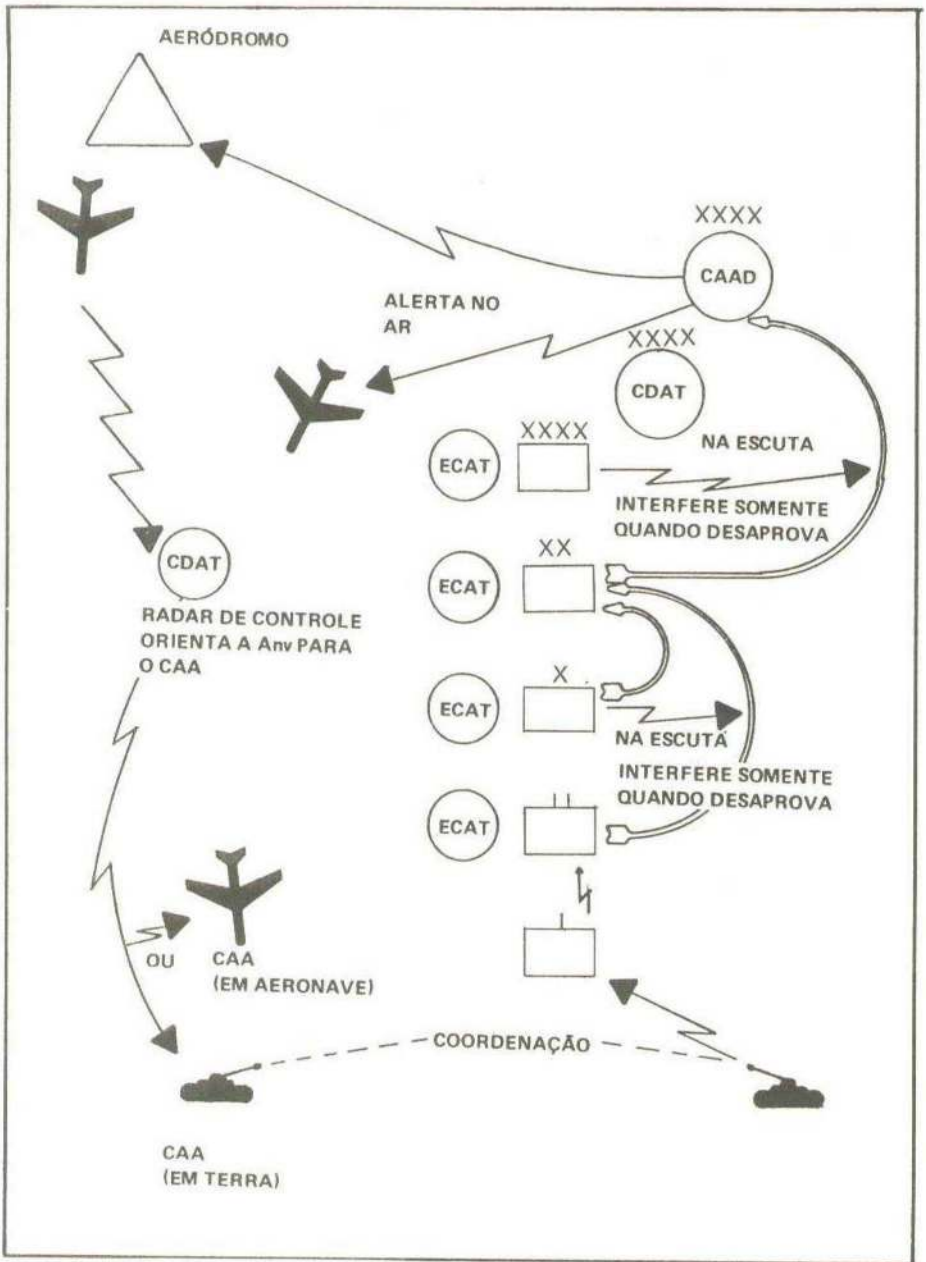


Fig 4-2. Pedido de apoio aéreo imediato.

4-7. APOIO DE FOGO NAVAL

Elementos de uma companhia de ligação da força naval são, normalmente, destinados a apoiar a divisão e seus elementos de manobra, fornecendo agênciais de controle e ligação e assegurando o emprego do apoio de fogo naval durante a realização de um assalto anfíbio, ou em outros tipos de operações, quando é previsto o apoio de fogo naval.

4-8. APOIO DE FOGO DE HELICÓPTEROS DE ATAQUE OU ARMADOS

A divisão pode dispor do apoio de fogo de helicópteros de ataque ou mesmo de outros tipos de helicóptero, convenientemente armados, da aviação do exército, sob seu controle operacional ou outra forma de emprego. Este meio usualmente faz parte do planejamento das ações de assalto aeromóvel, comumente centralizado no escalão DE.

O apoio de fogo de helicópteros deve sempre ser considerado no planejamento das operações aeromóveis, como proteção aos outros helicópteros ou integrado à manobra terrestre.

Sua característica de grande flexibilidade e capacidade contra blindados e viaturas de modo geral, o indicam particularmente para ações de interdição, ações de defesa anticarro (AC), ações integradas das forças de reação e outras.

4-9. APOIO DE FOGO NUCLEAR

Quando a divisão operar enquadrada por uma força aliada, pode contar com o apoio de fogos nucleares. O planejamento desses fogos é feito pelo escalão enquadrante, cabendo à divisão fazer os pedidos de apoio, de acordo com as normas por ele estabelecidas.

ARTIGO III

A DEFESA ANTIAÉREA NA DIVISÃO DE EXÉRCITO

4-10. EMPREGO DA ARTILHARIA ANTIAÉREA

a. A DE controla os meios de artilharia antiaérea por intermédio da AD. O comandante do GAAAe é o responsável, perante o artilheiro da divisão, pelo controle e emprego operacional dos meios antiaéreos orgânicos da divisão ou que a reforcem. Tem também, como encargo, a coordenação de quaisquer meios de defesa antiaérea adicionais que apóiem a DE.

b. As unidades de artilharia antiaérea executam a defesa de áreas, instalações, pontos críticos ou unidades, dentro das prioridades fixadas pelo comandante da divisão.

c. Os pormenores sobre técnicas e procedimentos no emprego dos meios antiaéreos são estudados no C 44-1 – EMPREGO DA ARTILHARIA ANTIAÉREA e em outros manuais da série 44.

4-11. DEFESA ANTIAÉREA

a. A defesa antiaérea na DE é proporcionada pelos elementos de artilharia antiaérea orgânicos ou que a integram e pelo armamento individual e coletivo antiaéreo, orgânico das diversas unidades que a compõem.

b. O GAAAe/DE realiza a defesa contra ataques de aeronaves inimigas a baixa altura. As armas deste grupo, normalmente, proporcionam a defesa local às unidades de combate e apoio ao combate, à área de apoio logístico, às instalações e às unidades na área divisionária. Essas armas proveem a defesa das instalações fixas e móveis. Sua mobilidade e potência de fogo podem ser exploradas em missões de superfície, desde que não seja prejudicada a defesa antiaérea.

c. O alarme aéreo é, normalmente, dado pelo COT, que o recebe através dos canais de defesa aérea ou da artilharia antiaérea orgânica. O alarme aéreo é difundido o mais rapidamente possível, para toda a DE, de maneira a permitir que as unidades tomem, oportunamente, as medidas cabíveis.

ARTIGO IV

INFORMAÇÕES

4-12. GENERALIDADES

a. As possibilidades de informações da DE são suplementadas pelos órgãos de informações dos escalões superiores. Os pormenores sobre informações são estudados no manual C 30-5 – INFORMAÇÕES DE COMBATE e outros.

b. À medida que os informes são transformados em informações, o E2 assegura sua oportuna difusão a todas as seções de estado-maior interessadas e aos escalões superiores, vizinhos e subordinados. A transmissão de informes relacionados com a busca de alvos tem, normalmente, prioridade sobre a difusão de outros informes.

c. Uma rede de informações estabelece comunicações diretas entre o PC/DE e as principais unidades táticas subordinadas.

4-13. RECONHECIMENTO

a. Generalidades – Reconhecimentos eficientes fornecem a maioria dos informes relacionados com o inimigo, o terreno e as condições meteorológicas essenciais à conduta das operações. Todas as unidades da DE devem explorar

sua capacidade orgânica de reconhecimento, e suas atividades devem ser integradas com as operações de reconhecimento da divisão e com os planos táticos.

b. Reconhecimento terrrestre – O RC Mec é a unidade de reconhecimento orgânico da DE. Para atender às necessidades de reconhecimento terrestre, no âmbito da DE, esta lança mão de seus meios orgânicos e considera, também, a utilização dos meios das brigadas subordinadas, em particular, os das brigadas de cavalaria mecanizada que a possam integrar.

c. O reconhecimento terrestre agressivo é um meio eficiente para determinar o dispositivo e a composição das forças inimigas. Quanto maior for a dispersão no campo de batalha, maiores as necessidades de reconhecimento, e mais facilmente as patrulhas podem infiltrar-se e obter informes sobre o inimigo.

d. Reconhecimento aéreo – O reconhecimento aéreo deve ser contínuo e coordenado com o reconhecimento terrestre. O E2 deve explorar principalmente as possibilidades da força aerotática; entretanto, não deve esquecer a capacidade dos helicópteros da aviação do exército, quando estiverem disponíveis.

Os pedidos de missões de reconhecimento aéreo, acrescidos das necessidades da divisão, são recebidos, processados e coordenados pelo E2 do ar com o elemento de apoio aerotático (CECAT), no COT/DE. Se o pedido está dentro das possibilidades da aviação leve, as aeronaves estão disponíveis e a missão pode ser cumprida dentro do tempo desejado, o pedido é transmitido ao elemento de ligação e observação da FAT com operacionalidade empenhada à DE. Da mesma forma, se o pedido for compatível com as possibilidades dos helicópteros de reconhecimento da aviação do exército, estes poderão cumprí-lo, desde que disponíveis. Os pedidos que não podem ser cumpridos pela aviação leve da FAT ou pelos helicópteros de reconhecimento da aviação do exército são encaminhados ao COT/Ex Cmp.

(1) Aviação leve – A aviação leve pode ser usada em uma missão principal de reconhecimento ou em apoio aos elementos de reconhecimento terrestre. O esquadrão de ligação e observação tem possibilidade de cumprir missões de vigilância aérea, empregando a observação visual e instrumentos óticos, eletrônicos e sensores. Tem também a possibilidade limitada de realizar a iluminação do campo de batalha. Os helicópteros podem auxiliar as patrulhas e ampliar o seu alcance, deslocando-as para seus pontos de partida e recolhendo-as em locais predeterminados.

(2) Força Aerotática (FAT) – As unidades de reconhecimento da FAT executam reconhecimento visual, fotográfico (diurno e noturno), eletrônico e meteorológico, tanto nas imediações da linha de contato, quanto a grande profundidade. Os pedidos de missões de reconhecimento à força aérea são processados pela equipe do E2 do ar, do elemento de apoio aerotático no COT/Ex Cmp.

(3) Aviação do Exército – A aviação do exército pode executar missões de reconhecimento de forma independente ou em combinação com elementos

de reconhecimento terrestre. Os pilotos dos helicópteros de reconhecimento são especialmente adestrados para esse tipo de missão; esses helicópteros, desde que convenientemente equipados, estarão aptos para o reconhecimento foto e outras missões. Eventualmente, helicópteros de reconhecimento e ataque (ou mesmo helicópteros de reconhecimento armados) poderão realizar o reconhecimento pelo fogo.

Entre as vantagens proporcionadas pela utilização dos helicópteros merecem destaque:

– o atendimento aos pedidos de forma muito mais ágil, particularmente quando a DE os possuir sob controle operacional;

– a característica de manobrabilidade da aeronave e as técnicas de vôo tático e noturno permitem um nível de reconhecimento não proporcionado pela aviação convencional.

– a natureza das tripulações, com formação militar das armas, permite maior compreensão e integração à manobra tática terrestre; e

– as características técnicas da aeronave e a origem comum das tripulações e dos elementos terrestres usuários das informações favorecem contatos entre ambos, constantes e prolongados, quando necessário, normalmente resultando em maior eficácia no cumprimento da missão.

4-14. ÓRGÃOS DE INFORMAÇÕES

a. Órgãos divisionários – Todas as unidades da divisão são órgãos potenciais de busca de informes. Entretanto, as que estão em contato com o inimigo são os principais órgãos de busca.

b. Órgãos não divisionários – Além dos comandos superiores e vizinhos, a divisão tem diversos órgãos disponíveis para o apoio às suas operações de informações:

(1) Destacamentos de informações militares – Um destacamento de informações militares é normalmente posto em reforço à divisão. Fornece especialistas em interpretação de imagens, tradução e interpretação de idiomas, ordens-de-batalha do inimigo, interrogatório de prisioneiros de guerra e contra-informação.

(2) Destacamento de informações técnicas – Os serviços técnicos possuem destacamentos de informações que podem apoiar a divisão. O manual C 30-16 – INFORMAÇÕES TÉCNICAS estuda pormenorizadamente o assunto.

(3) Destacamento de serviço meteorológico – Estes destacamentos pertencem à força aérea e mantêm estações meteorológicas. Deles, o E 2 da divisão pode obter observações meteorológicas, orientação sobre as condições meteorológicas, relatórios e sumários meteorológicos, previsões meteorológicas

detalhadas para fins operacionais ou de planejamento e informações climatológicas. Quando um B Av Ex estiver sob Ct Op da divisão, ou mesmo apoiando-a, a DE poderá contar, também, com as Info sobre as condições meteorológicas que essa unidade dispuser, já que o B Av Ex conta com especialistas e uma estação Meteo, além de estar permanentemente em ligação com outros órgãos específicos de Sv Meteo.

4-15. VIGILÂNCIA DE COMBATE

a. A vigilância de combate, diurna ou noturma e sob quaisquer condições meteorológicas, fornece informes oportunos para o apoio às operações táticas. Envolve a observação sistemática do campo de batalha por meios visuais, eletrônicos, fotográficos e outros. Deve desenvolver a busca detalhada de informes sobre o dispositivo do inimigo e realizar a localização precisa das unidades amigas na área avançada.

b. O E2 coordena as atividades dos meios de vigilância da divisão e sobre eles exerce supervisão de estado-maior, para assegurar completa cobertura da área de operações.

4-16. BUSCA DE ALVOS

a. Além dos meios de reconhecimento e vigilância, a divisão dispõe de elementos especificamente organizados e equipados para a busca de alvos. Em cada grupo de artilharia de campanha e na artilharia divisionária, há elementos de busca de alvos.

b. Os alvos são levantados por meio de informes coletados em todas as fontes e órgãos ou podem resultar de dados fornecidos por uma única fonte. Devem ser detectados, identificados e locados com suficiente rapidez e precisão para permitir o desencadeamento eficiente de fogos.

c. O E2 tem a responsabilidade geral de EM pela coordenação dos meios de busca de alvos disponíveis para a divisão.

4-17. CONTRA-INFORMAÇÃO

a. Contra-informação eficiente aumenta a segurança e auxilia a obtenção da surpresa, negando informações ao inimigo por meio de medidas ativas e passivas. As medidas de contra-informação ativas impedem as tentativas do inimigo para obter informes ou para engajar-se em sabotagem ou subversão, por meio de atividades de contra-reconhecimento, anti-subversão, contra-espionagem e contra-sabotagem. As medidas passivas negam informes ao inimigo e incluem a censura, a segurança de documentos e materiais sigilosos, a segurança das comunicações, a cobertura, a camuflagem, as contramedidas eletrônicas e o controle da população civil.

b. A seção de contra-informação, que possui especialistas em contra-informação, é orgânica do destacamento de informações militares que é, normalmente, posto em reforço à divisão.

4-18. APOIO DE INFORMAÇÕES ÀS OPERAÇÕES DE DISSIMULAÇÃO

a. As operações de dissimulação são da responsabilidade do E 3. Os aspectos de informações dessas operações devem ser coordenados com o E 2, que deve assegurar seu ajustamento às operações de informações do escalão imediatamente superior.

b. O manual C 30-5-INFORMAÇÕES DE COMBATE, aborda pormenorizadamente o assunto.

ARTIGO V

ENGENHARIA

4-19. ENGENHARIA DIVISIONÁRIA

a. Missão

(1) A engenharia divisionária tem a missão de aumentar o poder de combate da DE por meio de trabalhos técnicos e atividades logísticas.

(2) Os elementos de execução do trabalho de engenharia são, principalmente, companhias de engenharia de combate do batalhão de engenharia de combate que, normalmente, contam com o apoio de material de pontes e equipamentos.

(3) Em situações de crise, o BE Cmb, no seu todo ou em parte, pode combater como infantaria. Para esta missão é necessário reorganizá-lo e reforçá-lo com novos meios, particularmente de apoio de fogo. Tal emprego somente deve ser adotado após criteriosa análise da situação, pelos inconvenientes resultantes da paralisação de suas atividades peculiares.

b. Emprego

(1) A engenharia divisionária apóia a DE como um todo realizando trabalhos técnicos, particularmente na área de retaguarda.

(2) Destina-se também a aumentar, quando necessário, o apoio de engenharia às brigadas e outros elementos de combate empregados pela DE.

(3) Para maiores pormenores, ver os manuais da série 5 (Engenharia).

c. Apoio do escalão superior

(1) Quando necessário, a engenharia de exército fornece apoio à DE. Neste caso, o apoio proporcionado pelo escalão superior é coordenado pela engenharia divisionária. O apoio pode ser prestado de uma das seguintes formas: estabelecimento de um limite avançado de trabalho (LAT), realização de trabalhos específicos na zona de ação da DE ou fornecendo meios adicionais de engenharia.

(2) Para maiores pormenores, ver os manuais da série 5 (Engenharia).

ARTIGO VI

COMUNICAÇÕES

4-20. SISTEMA DE COMUNICAÇÕES DIVISIONÁRIO

O sistema de comunicações divisionário destina-se a propiciar as ligações necessárias à DE, com comunicações rápidas e seguras. Para isto, deve proporcionar:

- flexibilidade para atender às alterações dos planos de operações, para fazer face às mudanças de organização das forças e facilitar o deslocamento de unidades e instalações no interior da zona de ação (Z Aç) da DE;
- dobramento de meios e disponibilidade de circuitos alternativos para garantir a rapidez e a continuidade das ligações.
- meios de comutação para permitir a modificação e a redistribuição do tráfego com um mínimo de alterações nos circuitos físicos;
- circuitos de uso comum, tendo em vista a economia de meios;
- circuitos privativos para atender às imposições de urgência e volume de tráfego;
- meios necessários à segurança das comunicações;
- facilidade para integração dos sistemas de comunicações dos elementos subordinados.

4-21. COMPOSIÇÃO

a. O sistema de comunicações divisionário compreende:
- o sistema de comunicações de comando interligando os PC;
- o sistema de comunicações de área interligando os centros de comunicações de área desdobrados no interior da zona de ação da divisão.

b. O sistema de comunicações de comando e o sistema de comunicações de área da divisão são compostos de:

- sistema rádio, composto de redes-rádio internas e postos nas redes do escalão superior;
- sistema multicanal, para uso como circuitos troncos telefônicos ou telegráficos;
- sistema com fio, provendo troncos, ramais longos e locais, por cabo múltiplo ou fio duplo telefônico;
- sistema de mensageiros, e
- meios visuais e acústicos, em suplementação aos demais meios.

4-22. EMPREGO

a. Os vários meios de comunicações da DE têm possibilidades e limitações diferentes. São empregados de forma a se suplementarem e a que não haja inteira dependência de qualquer deles. Os meios mais empregados pela divisão, em cada situação, devem ser os que proporcionam o máximo de confiança, flexibilidade, sigilo e rapidez, com um mínimo de esforço e consumo de material.

b. Os manuais C 11-1 – EMPREGO DAS COMUNICAÇÕES, e C 11-2 – SISTEMA DE COMUNICAÇÕES POR ÁREA DE DIVISÃO DE EXÉRCITO, estudam o assunto, com pormenores, nas diferentes situações táticas.

ARTIGO VII

AVIAÇÃO DO EXÉRCITO

4-23. GENERALIDADES

A aviação do exército (Av Ex), constituída exclusivamente por helicópteros, tem como unidade básica o batalhão de aviação do exército (BAvEx). Esta unidade possui como elementos de manobra uma companhia de helicópteros de reconhecimento e ataque (Cia HRA) e duas companhias de helicópteros de manobra (Cia HM). Cada uma dessas companhias possui três pelotões (Pel HRA ou Pel HM).

O Ex Cmp usualmente apoiará a DE com a AvEx colocando um BAvEx, ou um de seus elementos (Cia ou Pel), sob controle operacional da divisão.

Esse elemento da AvEx apoiará a DE cumprindo missões, compatíveis com a capacidade e número de suas aeronaves, de apoio de fogo (ar-terra, particularmente contra CC e viaturas de modo geral e em apoio às operações aeromóveis); cumprirá missões como elemento de manobra ou em combinação com outras armas de reconhecimento e segurança e de ligação e observação; e fornecerá meios aéreos para ações de assalto aeromóvel, de apoio logístico (especialmente evacuação aeromédica e ressuprimento em condições especiais), de incursões e infiltrações táticas, de transporte tático de tropa de modo geral e em determinadas missões especiais (mudanças de posições de artilharia, etc.).

Devido a seu elevado custo (aí incluídos a necessidade de pessoal especializado, alto consumo de combustível e sofisticação dos equipamentos e de manutenção), a AvEx deverá ser empregada prioritariamente em ações consideradas decisivas ou com importância acentuada para a divisão.

Os manuais de campanha da série 1 (Aviação) tratam do assunto com detalhes.

4-24. O ESQUADRÃO DE LIGAÇÃO E OBSERVAÇÃO EM APOIO À DIVISÃO DE EXÉRCITO

a. Desdobramento – O escalão FAT/Ex Cmp faz o desdobramento dos ELO considerando a localização dos elementos a serem apoiados e a disponibilidade de aeródromos na zona de combate. Nesse desdobramento, são levados em conta os problemas de manutenção e suprimento, fatores limitativos capazes de comprometer a eficiência operacional da unidade aérea. À DE é atribuído um esquadrão ou fração (esquadrilha) com a operacionalidade empenhada, dependendo das necessidades impostas pela situação.

b. Operação – A repartição da disponibilidade de horas de vôo dos esquadrões, entre as divisões, é feita pelo Ex Cmp. Por isso, a DE utiliza essa disponibilidade sem necessitar de autorização superior. As demais operações aerotáticas, ao contrário, só são atendidas após solicitação de apoio à FAT, através dos canais para isso estabelecidos.

c. Missão – As missões típicas do ELO são:

- ligação de comando;
- regulação do tiro de artilharia;
- reconhecimento aéreo de área, de objetivo e de itinerário;
- controle de movimento;
- evacuação aeromédica;
- emprego de alto-falantes;
- lançamento de cabos (elétricos ou telefônicos);
- ponte para comunicações;
- correio aéreo;
- lançamento de artifícios fumígenos.

d. Organização – O esquadrão é constituído de três a quatro esquadrilhas de aviões leves e helicópteros. Cada esquadrilha é dotada de cinco aeronaves orgânicas, preferencialmente do mesmo tipo.

e. Determinadas missões, como reconhecimento ou evacuação aeromédica, próprias das aviações de reconhecimento e de transporte, sofrem, por isso, as limitações conseqüentes das características das aeronaves empregadas. Também as operações aeromóveis de grande vulto só podem ser executadas com substancial reforço de helicóptero de outras unidades.

ARTIGO VIII

APOIO QUÍMICO, BIOLÓGICO E NUCLEAR

4-25. GENERALIDADES

As operações envolvendo o uso de agentes QBN são normalmente planejadas e executadas pelo exército de campanha.

– Restrições – As diretrizes referentes ao emprego de agentes QBN pela divisão são recebidas através dos canais de comando, não sendo o seu uso planejado e executado pela DE. Há restrições no emprego inicial de agentes não tóxicos, como os incendiários e os fumígenos.

(a) As unidades, quando aptas, podem empregar agentes de controle de tumulto, fumígenos de sinalização, lança-chamas e minas químicas terrestres. A companhia de defesa QBN, orgânica da divisão, pode, com geradores de fumaça e morteiros pesados, proporcionar cobertura fumígena em larga escala.

(b) A artilharia, divisionária e das brigadas, pode lançar agentes químicos, estabelecer cortinas de fumaça, cegar postos de observação inimigos e empregar munição de sinalização. Os agentes químicos podem, também, ser lançados por unidades de geradores de fumaça, pela força naval ou por aeronaves.

(c) O engenheiro divisionário assessora o comandante nos assuntos relativos a lançamento ou limpeza de campos de minas que incluam minas químicas terrestres.

(d) Os manuais C 3-5 – OPERAÇÕES QBN, e C 3-40 – DEFESA CONTRA OS ATAQUES QBN, estudam o assunto, com pormenores.

ARTIGO IX

OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS

4-26. GENERALIDADES

a. Elementos de operações psicológicas do exército de campanha ou do teatro de operações podem ser postos, quando necessário, à disposição da divisão de exército.

b. As operações psicológicas devem ser empregadas para apoiar a divisão. O E5 é responsável pela coordenação, planejamento e integração das operações psicológicas em apoio à divisão. Os pedidos de apoio são submetidos ao oficial de operações psicológicas do escalão superior. São encargos do E5 o planeja-

mento e a coordenação da conduta das operações psicológicas, em apoio às operações táticas.

c. O C 33-1 – OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS, apresenta com detalhes o assunto.

ARTIGO X

APOIO LOGÍSTICO

4-27. GENERALIDADES

a. Os encargos logísticos da divisão de exército restringem-se, basicamente, ao apoio à base divisionária, uma vez que a divisão, normalmente, não é elo na cadeia de apoio logístico.

b. Apesar da divisão não ser responsável pelo apoio logístico a ser prestado às suas brigadas, ela interfere no apoio de suprimentos de disponibilidade limitada. Assim, é normal a coordenação na atribuição de prioridades referentes à fixação de créditos de suprimentos classes III e V.

4-28. CADEIA DE APOIO

a. Um grupamento logístico avançado (Gpt Log A) cerra, normalmente, para a retaguarda da DE, apoiando o B Log desta e os das brigadas enquadradas pela divisão. O B Log/DE apóia as unidades da base divisionária.

b. O B Log Div pode ter como encargo adicional a prestação do "apoio por área" às tropas que não estiverem sob o comando da DE, mas que se desdobrem em regiões próximas a sua. Para cumprimento desta tarefa, sempre que necessário, deve ser reforçado pelo escalão superior.

c. O B Log exerce o controle operacional sobre a companhia de administração (Cia Adm), no que se refere a desdobramento, deslocamento e segurança.

4-29. ÁREA DE APOIO LOGÍSTICO

a. Denomina-se área de apoio logístico (AAp Log) a região onde se desdobra a maioria dos elementos integrantes do B Log, ou sob seu controle operacional.

b. Ela fica localizada, normalmente, na área de retaguarda da DE. Em algumas situações pode ser desdobrada fora dessa área, particularmente:

– nos movimentos retrógrados, aproveitamento do êxito ou marcha para o combate;

– quando o terreno ou a segurança o indicarem.

c. Maiores detalhes sobre o apoio logístico na DE podem ser encontrados no manual C 54-5 – APOIO ADMINISTRATIVO NA DIVISÃO DE EXÉRCITO E NA BRIGADA.

CAPÍTULO 5

OPERAÇÕES OFENSIVAS

ARTIGO I

GENERALIDADES

5-1. TIPOS DE OPERAÇÕES

Os tipos de operações ofensivas, seus conceitos e considerações gerais sobre o planejamento e a execução são estudados no manual C 100-5 – OPERAÇÕES. O presente capítulo trata, apenas, das peculiaridades do emprego da DE na marcha para o combate, no ataque coordenado, no aproveitamento do êxito, na perseguição e no reconhecimento em força.

5-2. FORMAS DE MANOBRA

O comandante da DE pode idealizar seu ataque com base em qualquer uma das quatro formas de manobra ofensiva: a penetração, o desbordamento, o envolvimento e o ataque frontal. Pode, também, combinar estas formas de manobra e, ainda, utilizar ações secundárias em extensas frentes não selecionadas para o ataque. As quatro formas básicas de manobra são estudadas no manual C 100-5 – OPERAÇÕES.

ARTIGO II

MARCHA PARA O COMBATE

5-3. GENERALIDADES

a. Os problemas da marcha para o combate são, em essência, os mesmos para os diversos escalões. A marcha para o combate se resume, para DE, na coordenação do movimento dos seus vários grupamentos de forças (brigadas e elementos da base divisionária).

b. O exército de campanha atribui à DE uma direção tática de atuação (excepcionalmente, atribui mais de uma), uma zona de ação, um ou mais objetivos ou linhas de controle e a conduta a observar.

Normalmente, a DE tem grande liberdade no desempenho da missão, cabendo ao Ex Cmp fixar ou não, as condições em que devam ser feitos os movimentos iniciais.

5-4. PLANEJAMENTO

a. Condições meteorológicas – O comando da divisão orienta o seu planejamento dando especial atenção aos aspectos luminosidade e condições do tempo. Do primeiro, verifica o período de luminosidade favorável (diurna e noturna) para a realização do movimento; do segundo, considera as conseqüências na transitabilidade das estradas e através do campo, agravamento de rios obstáculos, condições de observação e apoio aéreo.

b. Terreno – Ao planejar uma marcha para o combate, o comando da divisão dá especial atenção para:

– obstáculos, particularmente os cursos de água e localidades;

– regiões críticas, particularmente as que caracterizam fim de etapa de marcha, as de possível encontro com o inimigo e as que limitam a possibilidade do movimento em segurança;

– vias de acesso, particularmente as balizadas por estradas no sentido do movimento (penetrantes) e no sentido das suas interligações (transversais).

c. Inimigo

(1) É um fator que nem sempre pode ser determinado com precisão. Disso resulta a necessidade de uma busca ativa e constante de informes e informações. Nos trabalhos de planejamento, o comando da divisão procura determinar a linha de provável encontro e a partir desta linha, na direção do inimigo, levanta as diversas linhas do terreno e horários em que o inimigo poderá se apresentar, seja com seus elementos de primeiro escalão, seja com a maioria dos seus meios (grosso). Também são observadas com atenção as possibilidades decorrentes da presença de forças irregulares e da força aérea inimiga. Este trabalho possibilita ao comando da divisão planejar a adoção de dispositivo, formações e medidas de segurança oportunas, nas diversas fases da marcha.

(2) Para a atualização do planejamento, todos os órgãos de busca são intensamente empenhados. O regimento de cavalaria mecanizado e a aviação de ligação e observação são os principais órgãos de busca nas missões de reconhecimento. O reconhecimento afastado é executado pela aviação de reconhecimento aerotático.

d. Dispositivo

(1) O dispositivo deve ser bastante flexível a fim de permitir adaptações

no plano de operações e responder adequadamente a ações inopinadas do inimigo. O dispositivo da divisão é amplamente influenciado pelo estudo do inimigo e, em qualquer caso, deve proporcionar a proteção ao grosso e o apoio entre os seus elementos. O sistema de segurança é completado por elementos das brigadas (vanguarda, flancoguardas e retaguarda).

(2) À medida que a divisão se aproxima do inimigo, e a situação se torna mais conhecida, o dispositivo vai, também, evoluindo. De máxima descentralização inicial, tende progressivamente para a centralização necessária às ações em força. A fase das ações descentralizadas, em que se procura obter o máximo rendimento do movimento, processa-se até as regiões onde se pode levar o grosso em segurança. Daí por diante, as ações vão sendo progressivamente centralizadas.

(3) A localização da artilharia divisionária deve assegurar seu emprego em ações em força no momento e lugar desejados. Ao determinar-se a localização da artilharia divisionária e a oportunidade do seu deslocamento, deve-se levar em conta a rede de estradas e seu emprego provável.

(4) Identicamente, a localização de outras tropas divisionárias e unidades em reforço deve permitir seu emprego oportuno. Considerações relativas a suprimento, controle e possível interferência no movimento de elementos de combate da divisão indicam que as tropas de apoio logístico não devem avançar antes que seja necessária sua presença à frente.

5-5. COORDENAÇÃO E CONTROLE

a. Objetivos e linhas de controle – A divisão marca objetivos ou linhas de controle em função das possibilidades de encontro com o grosso do inimigo e das facilidades que o terreno oferece para os reajustamentos de dispositivo para o prosseguimento. São regiões favoráveis, portanto, as que permitam exercer domínio sobre o terreno adjacente e que, pela existência de transversais e penetrantes, facilitem os reajustamentos de dispositivos e as manobras. Os cursos de água que são obstáculos exercem, também, influência capital na determinação dos objetivos e linhas de controle, pois que:

(1) se defendidos, exigem ações coordenadas. Neste caso, uma linha de controle ou um objetivo pode ser fixado na primeira margem, para facilitar a coordenação dos esforços para a transposição;

(2) se ainda não defendidos, é preciso garantir-se a posse de suas passagens antes que o inimigo intervenha. Neste caso, o objetivo deve ser fixado além do obstáculo de modo a garantir a utilização das passagens para o prosseguimento.

b. Outras medidas

(1) O comandante da DE utiliza todos os meios possíveis de controle

para certificar-se de que as prescrições relativas à chegada aos objetivos ou linhas de controle são obedecidas, ficando, assim, em condições de intervir na ação, se necessário. Pode impor a remessa antecipada de informes sobre a hora provável e condições de chegada aos objetivos ou linhas de controle. Necessita manter-se a par das modificações impostas pela evolução dos acontecimentos e deixar todos os elementos subordinados perfeitamente a par da situação, em particular, da do inimigo.

(2) Oficiais de ligação são empregados em larga escala pela divisão a fim de acompanhar de perto o movimento das forças principais. Desempenham também papel importante as visitas de comandate e de seu EM às unidades subordinadas.

5-6. CONDUTA

À medida que a divisão se aproxima do inimigo, o seu comandante toma as providências que melhor permitam o emprego de suas forças. Altera as formações e o dispositivo, de sorte a garantir a máxima flexibilidade de manobra e a pronta disponibilidade para o combate dos elementos subordinados. Quando o RC Mec houver sido substituído pela vanguarda das brigadas, poderá ser empregado num dos flancos ou em ambos, ou ser retirado da frente e mantido em reserva para emprego futuro. Baseado nas informações recebidas e nas proximidades do inimigo, o Cmt DE indica a ação a ser realizada pelas brigadas de primeiro escalão. A conduta das vanguardas deve ser, principalmente, função do plano geral traçado pelo Cmt DE.

ARTIGO III

ATAQUE COORDENADO

5-7. GENERALIDADES

a. No ataque, a missão da divisão é prescrita em termos mais precisos e detalhados que nas demais situações. Freqüentemente, os objetivos divisionários impostos pelo exército de campanha situam-se além das regiões cuja conquista quebra a continuidade da posição defensiva inimiga. Podem ser, também, impostos os limites da zona de ação e outras condições de execução da operação. Para o cumprimento da missão, o comandante da divisão coordena as ações dos elementos subordinados, buscando a desejada concentração de esforços.

b. No ataque, embora tenha condições de executar qualquer uma das formas de manobra ofensiva, a DE, pela capacidade dos elementos da sua base divisionária e em função da quantidade e das características de suas brigadas, realiza, com maior freqüência, a penetração e o desbordamento. Não raro, a DE

combina formas de manobra, podendo realizar, simultaneamente, ações com diferentes profundidades e sob diferentes graus de controle.

c. As figuras 5-1, 5-2 e 5-3 apresentam esquemas de manobras ofensivas de DE.

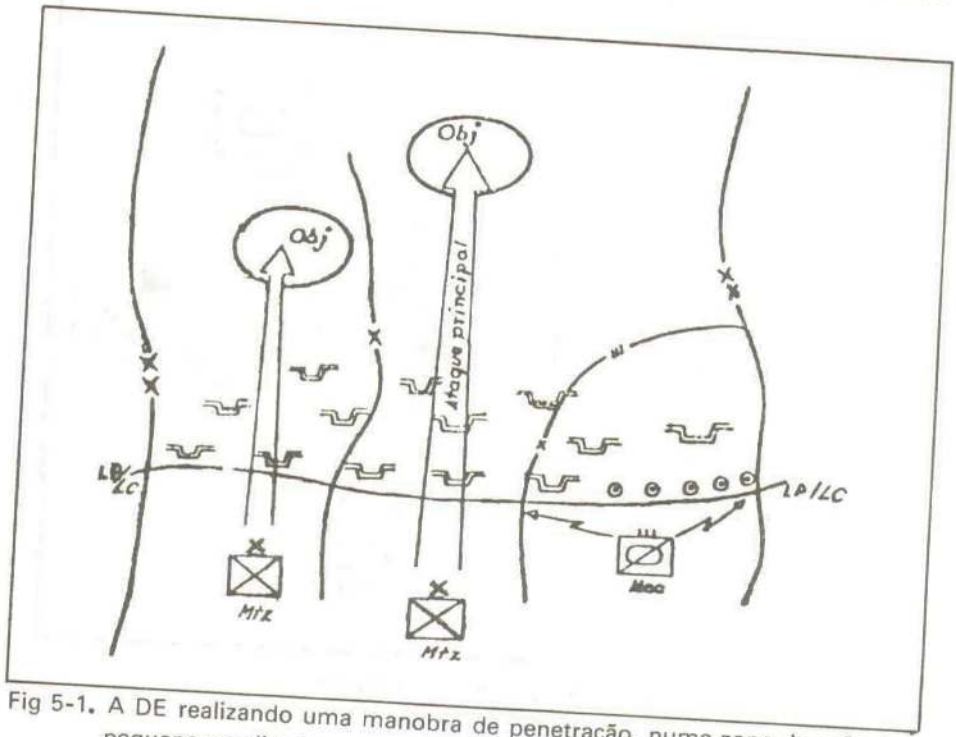


Fig 5-1. A DE realizando uma manobra de penetração, numa zona de ação de pequena amplitude.

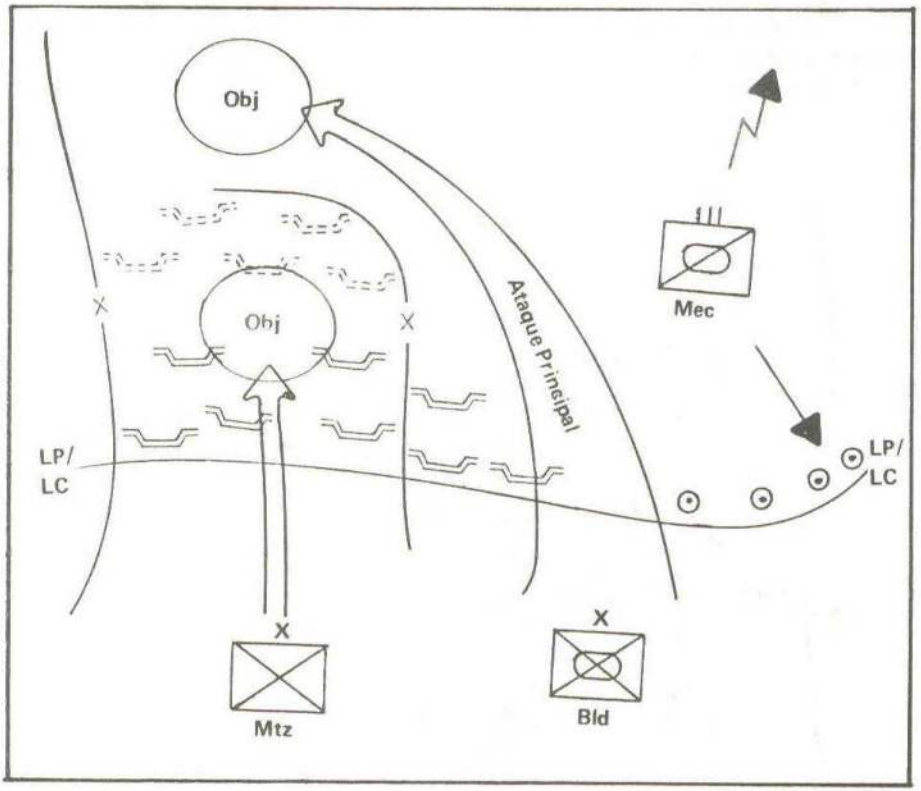


Fig 5-2. A DE realizando uma manobra de desbordamento.

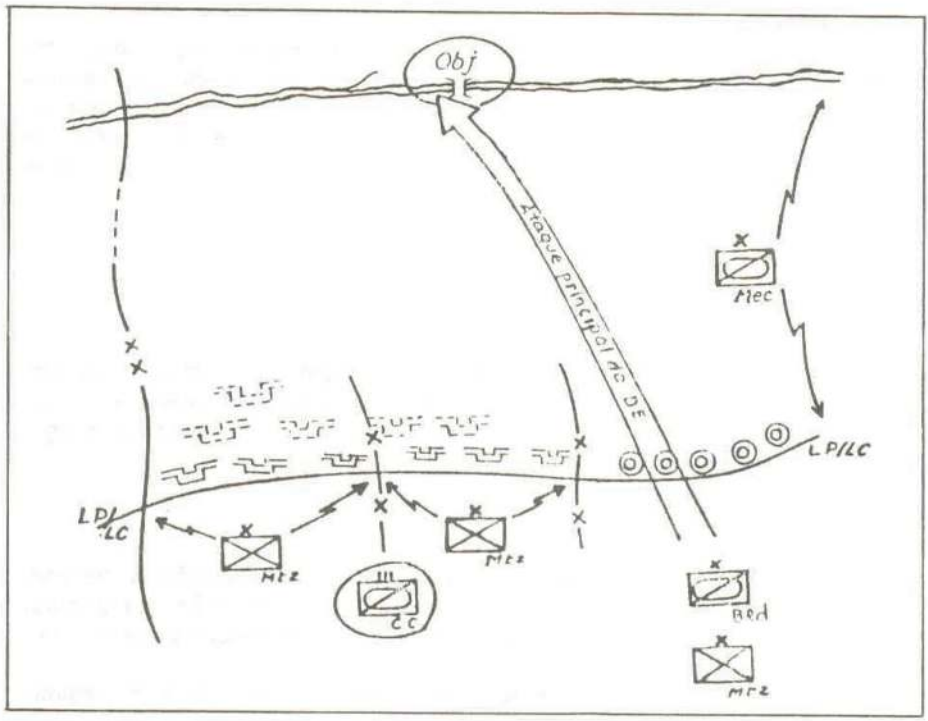


Fig 5-3. A DE realizando uma manobra de envolvimento.

5-8. PLANEJAMENTO

a. Condições meteorológicas – No planejamento, o comando da divisão analisa aspectos que possam trazer influências na transitabilidade do solo e estradas, e suas conseqüências para os apoios. As condições de visibilidade também serão ponderadas, particularmente por suas influências na observação e no apoio aéreo.

b. Terreno – Ao planejar o ataque, o comando da divisão analisa o terreno dando especial atenção a:

(1) obstáculos, particularmente os cursos de água, por suas influências, exigindo operações de transposição;

(2) acidentes capitais, visando a seleção de objetivos, particularmente o objetivo decisivo;

(3) vias de acesso, de valor brigada, selecionando a mais favorável à manobra a ser visualizada e que permita suporte para o deslocamento das suas peças de manobra de primeiro e segundo escalões.

c. Inimigo

(1) Ao atribuir a missão, o escalão superior forneceu à divisão um quadro amplo das possibilidades do inimigo. Como o planejamento do ataque é realizado com base no conhecimento pormenorizado do inimigo, a divisão aciona todos os órgãos de busca disponíveis, no sentido de produzir as informações necessárias, particularmente quanto à natureza, valor, dispositivo e possibilidades do inimigo.

(2) Órgãos de busca

- Aproximada: RC Mec, ELO e AvEx
- Afastada: Av Rec Aetat, Dst F Esp.

d. À luz dessas e de outras informações conseguidas com a análise dos fatores da decisão, cabe ao comando da divisão concluir sobre a forma de manobra a utilizar, frente de ataque e visualização do poder de combate a empregar para o cumprimento da missão.

5-9. DISPOSITIVO

a. O dispositivo de ataque, que resulta do estudo da missão, do terreno, do inimigo e dos meios disponíveis, deve adaptar-se à concepção de manobra, de sorte que cada brigada tenha de executar apenas uma missão simples de cada vez.

b. A manutenção de um elemento em reserva visa atender às necessidades de:

- aproveitar o êxito;
- manter a impulsão;
- proporcionar segurança adicional;
- propiciar flexibilidade ante situações imprevistas.

c. A tomada do dispositivo de ataque da DE será efetuada de acordo com as seguintes situações:

(1) DE em contato: reajustamento de seus elementos;

(2) DE que fará uma ultrapassagem: maior liberdade para a tomada do dispositivo, à retaguarda do elemento em contato;

(3) No decorrer do ataque:

O dispositivo inicial pode ser alterado, quando for necessário:

- manter a impulsão;
- mudar a direção e/ou ritmo;
- ampliar um desbordamento;
- realizar um envolvimento.

5-10. COORDENAÇÃO E CONTROLE

a. O grau de controle exercido pelo comandante da DE sobre seus elementos de manobra, em um ataque, depende da amplitude da missão, particularmente no que concerne à largura e à profundidade da zona de ação e ao número de vias de acesso para brigadas.

b. Nas missões de grande amplitude, em zonas de ação largas e profundas, a DE será, sobretudo, um elemento de coordenação das ações de suas peças de manobra. Aos comandantes destas há necessidade de conceder, nesse caso, grande liberdade de ação, e as medidas de coordenação e controle impostas devem ser o menos restritivas possíveis, tais como: objetivos finais, eixos de progressão e linhas de controle.

c. Quando a DE recebe uma frente estreita para conduzir suas operações, seu comandante exerce um maior controle sobre suas peças de manobra e impõe-lhes as medidas de controle e coordenação normais em um ataque coordenado: limites, hora de ataque, objetivos finais e intermediários, linhas de controle, direções de ataque (se for o caso), medidas de coordenação do apoio de fogo e outras.

d. Na montagem do ataque, particularmente o de penetração, a DE decompõe a direção de ataque que lhe foi imposta em direções de ataque para suas peças de manobra e determina o ritmo da operação, por meio da marcação de objetivos intermediários e/ou linhas de controle. Desse modo, assegura a indispensável convergência de esforços dos seus elementos subordinados, no curso do cumprimento da missão. Deve, entretanto, haver a preocupação de não prejudicar desnecessariamente a velocidade de ataque, pela imposição e exageradas medidas de coordenação e controle.

5-11. ORDENS

a. A manobra do ataque pode ser regulada em uma ou mais ordens de operações. A extensão em que uma mesma ordem regula o ataque é função, principalmente, da capacidade dos elementos subordinados em relação ao valor do inimigo.

b. Muitas vezes a operação é planejada sem que se completem todas as informações necessárias sobre o inimigo; por outro lado, entre o planejamento e a execução do ataque, o inimigo pode modificar a situação sobre o qual se efetuou o referido planejamento. Por essas razões, o acompanhamento, por meio de coleta de informes e do desenvolvimento de considerações lógicas sobre o comportamento do inimigo, faz-se necessário, por forma a introduzir nos planos e ordens as modificações que se impuserem.

RESUMO DO PLANEJAMENTO			
ASPECTOS À OBSERVAR		TIPO DE OPERAÇÃO	
Geral	Específico	Marcha para o Combate	Ataque Coordenado
Condições Meteorológicas	Luminosidade	- Período favorável (diurna e noturna) para a realização do Mvt.	
	Condições do Tempo	- Transitabilidade (estradas e campo). - Agravamento de rios obstáculos. - Condições de Obs e Ap Ae.	- Transitabilidade (estradas e campo) e conseqüências para os apoios. - Condições de Obs e Ap Ae.
Terreno	Obstáculos	- Cursos de água e localidades.	- Cursos de água (Op Trsp).
	R Críticas	- Que caracterizam o fim de etapa de marcha. - De possível encontro com o Ini. - Que limitam a possibilidade do Mvt em Seg.	
	Acidentes Capitais		- Seleção de Objetivos (particularmente o Objetivo decisivo).
	Vias de Acesso	- Balizadas por estradas (penetrantes e transversais).	De valor Bda. - Mais favorável à manobra e que permita suporte para Dslc Pç man de 1º e 2º Esc.
Inimigo	Busca de Info e Info para:	- Adoção do dispositivo. - Formações. - Mdd Seg oportunas.	- Natureza do Ini. - Valor. - Dispositivo. - Possibilidades.
	Órgãos de busca	- Aproximada: RCMec ELO e AvEx. - Afastada: Av Rec Actal, Dst F Esp e AvEx.	
	Elementos a determinar (ou concluir)	- LPE. - Linhas de terreno e horários em que o Ini (1º Esc ou grosso) poderá se apresentar. - Presença de F Irreg. - Psb de FAe Ini.	- Forma de manobra a utilizar. - Frente de ataque. - Visualização do poder de combate a empregar.
Dispositivo	Inicial	- Descentralizado (velocidade).	- Por reajuste (DE em contato). - Liberdade de movimento (DE que fará uma ultrapassagem).
	Durante a ação	- Centralização progressiva (Ações em força).	Para: - Manter a impulsão. - Mudar direção e/ou ritmo. - Ampliar um desbordamento. - Realizar um envolvimento.
	AD	- Localização no dispositivo. - Oportunidade de deslocamento. - Probabilidade de emprego. - Rede de estradas existente.	
	Reserva		Necessidade: - Apv Ext. - Manter a impulsão. - Proporcionar segurança adicional. - Propiciar flexibilidade ante situações imprevistas.

ARTIGO IV

APROVEITAMENTO DO ÊXITO E PERSEGUIÇÃO

5-12. GENERALIDADES

a. Logo que haja indícios de desorganização ou de abandono da posição inimiga, o Cmt DE intervém no combate, para coordenar os esforços das brigadas com as ações de sua reserva, a fim de completar a desorganização do adversário e impedí-lo de reconstituir-se à retaguarda. Isto normalmente é possível, pois o Ex Cmp, ao atribuir a missão à DE, fixa-lhe um objetivo profundo.

b. O Cmt DE, além das forças inimigas em contato, deve interessar-se, sobretudo, pelo inimigo mais à retaguarda, que pode intervir para restabelecer a posição ou organizar outra à retaguarda. A DE tem necessidade de meios móveis, blindados e motorizados, para manter o contato com o inimigo e assegurar a posse ou a conquista de regiões importantes do terreno.

5-13. CONDUTA DO COMBATE

a. Aproveitamento do êxito

(1) O Cmt DE adapta, progressivamente, seu dispositivo de ataque à situação tática, de forma a atender às necessidades de progressão rápida e coordenada, capaz de permitir a manutenção do contato, a posse das regiões atingidas e a montagem de uma ação em força. Para evitar perda de tempo, a DE realiza, em movimento e de forma progressiva, o escalonamento do seu dispositivo em profundidade e largura. À medida que os objetivos vão sendo alcançados, sua zona de ação se amplia.

(2) As forças de aproveitamento do êxito avançam com rapidez e atingem vigorosamente seus objetivos; somente limpam sua zona de ação quando necessário à sua progressão. As forças inimigas que interferem ou podem interferir no cumprimento da missão devem ser destruídas. As forças de aproveitamento do êxito ultrapassam ou contêm, com um mínimo de forças, as resistências inimigas de valor insuficientes para ameaçar o cumprimento da missão. Os comandantes usam todos os meios e armas para sobrepujar as forças inimigas que não possam ser ultrapassadas ou contidas. O aproveitamento do êxito é realizado continuamente, de dia e/ou de noite, independentemente das condições meteorológicas. Os elementos de reconhecimento, aéreos e terrestres, mantêm os comandantes informados sobre as ações inimigas. Unidades são lançadas na esteira da F Apv Ext, com a missão de acompanhamento e apoio. Uma estreita relação de coordenação deve ser mantida antre os Cmt dessas forças.

(3) À medida que começa a desmoralização do inimigo, e que, sob pressão, suas forças se desintegrem, o aproveitamento do êxito se transforma em perseguição.

(4) Atuação das unidades de acompanhamento e apoio

(a) Inicialmente:

- impedem o inimigo de tamponar a brecha na penetração;
- asseguram a posse dos acidentes capitais, conquistados durante a penetração ou desbordamento.

(b) Durante o avanço das forças de Apv Ext:

- asseguram a utilização das vias de transporte;
- reduzem os bolsões de resistência ultrapassados;
- ampliam a área de aproveitamento do êxito, a partir do eixo de progressão da F Apv Ext;
- bloqueiam o deslocamento dos reforços inimigos para o interior da Z Aç;
- substituem os elementos da F Apv Ext que tenham sido deixados para bloquear ou conter forças inimigas, ou ainda proteger áreas e instalações;
- eventualmente, ceder elementos em reforço à F Apv Ext.

b. Perseguição

(1) A perseguição deve ser executada em um máximo de largura e profundidade possíveis. As forças de pressão direta e de cerco recebem objetivos profundos, missão pela finalidade e um mínimo de medidas de controle. As forças de pressão direta avançam ininterruptamente, enquanto as forças de cerco cortam as vias de retirada inimigas. Não se deve permitir que as forças inimigas, existentes nos flancos ou deixadas à retaguarda, desviem a força principal de perseguição da sua missão. Se falhar a tentativa de cortar os itinerários de fuga do inimigo, uma nova força de cerco deve ser imediatamente empregada.

(2) O apoio aéreo é desejável na perseguição. As aeronaves de reconhecimento mantêm os comandantes informados sobre a localização e as atividades das forças inimigas. As aeronaves de ataque infligem o máximo de danos ao inimigo que se retira, concentrando-se sobre suas vias de retraimento e suas colunas.

(3) A Fig 5-4 apresenta, esquematicamente, uma divisão de exército realizando uma perseguição.

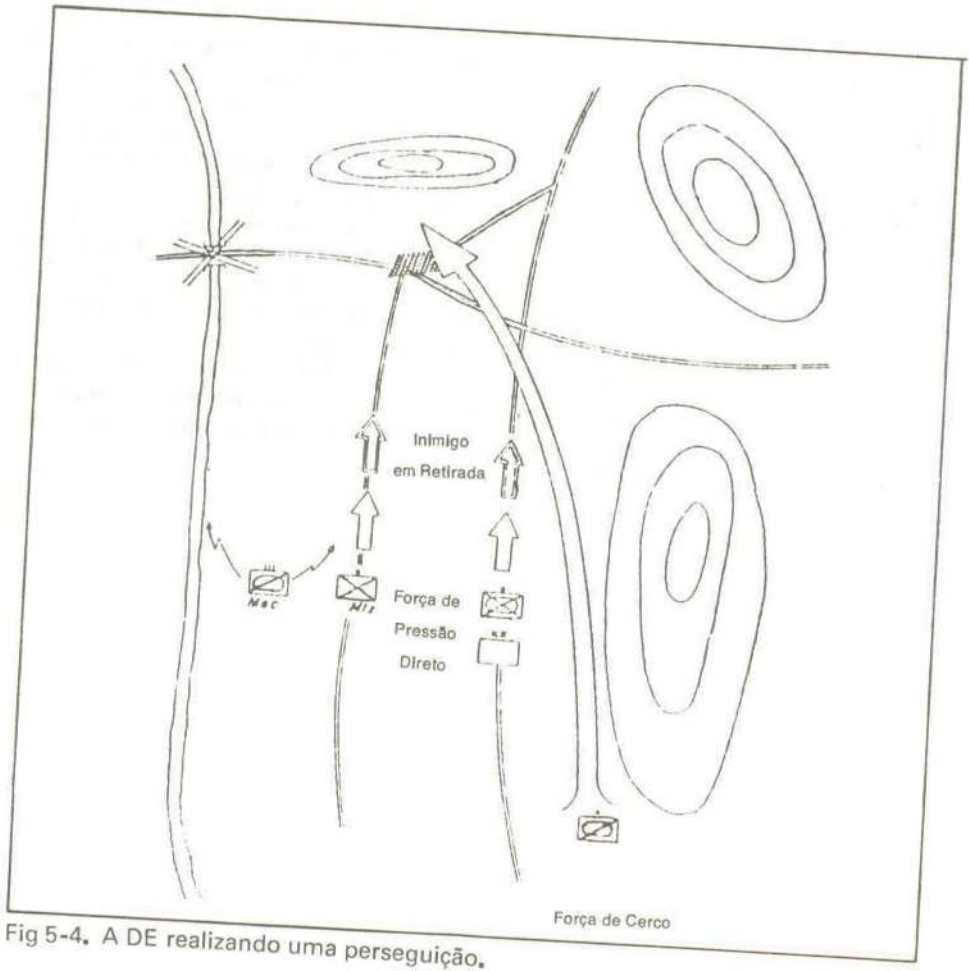


Fig 5-4. A DE realizando uma perseguição.

ARTIGO V

RECONHECIMENTO EM FORÇA

5-14. GENERALIDADES

a. O reconhecimento em força é uma operação com objetivos limitados, destinada a testar, revelar e verificar o valor, a composição e o dispositivo do inimigo e obter outras informações. A DE pode, muitas vezes, ter de realizar esse tipo de operação.

b. A tropa que realiza um reconhecimento em força deve ser de valor e composição adequados para obrigar o inimigo a reagir forte e definidamente ao ataque, revelando desse modo sua localização, dispositivo, valor, fogos planejados e possibilidades de emprego de reservas. O valor da força depende da missão e da situação da DE, podendo empregar uma força-tarefa de batalhão ou uma brigada. Em qualquer caso, são mantidas reservas capazes de explorar os pontos fracos do inimigo, revelados pelo reconhecimento em força. A DE pode empregar diversas forças para a execução de operações de reconhecimento em força, escalonadas no tempo e em pontos largamente separados. Tais ações tendem a manter o inimigo desarticulado e podem revelar seu dispositivo em uma ampla área, a localização das reservas e seu provável emprego.

c. O Cmt DE deve estar alerta para aproveitar o êxito obtido pelo reconhecimento em força, seja pelo prosseguimento do ataque, seja pelo controle do terreno conquistado. Deve, também, estar preparado para auxiliar o desengajamento da força, se necessário.

CAPÍTULO 6

OPERAÇÕES DEFENSIVAS

ARTIGO I

GENERALIDADES

6-1. FORMAS DE MANOBRA

a. Este capítulo trata do assunto relativo às operações defensivas em que a divisão de exército pode ser envolvida: a defesa em posição e os movimentos retrógrados.

b. O manual C 100-5 – OPERAÇÕES contém os fundamentos doutrinários das operações defensivas.

ARTIGO II

DEFESA EM POSIÇÃO

6-2. GENERALIDADES

As principais preocupações do Cmt DE, ao organizar a defesa em posição, incluem as prescrições sobre a distribuição dos meios disponíveis, segurança da posição defensiva, organização da área de defesa avançada, composição e articulação das reservas e planos de contra-ataque.

6-3. TIPOS DE DEFESA EM POSIÇÃO

a. A DE pode conduzir ambos os tipos de defesa em posição: a defesa móvel e a defesa de área. Na defesa móvel, um mínimo de forças é empregado na área de defesa avançada, enquanto uma força potente e móvel é mantida em reserva, como principal elemento a ser empregado na destruição do inimigo.

b. Na defesa de área, é dada ênfase à manutenção de terreno específico; forças suficientes são dispostas na área de defesa avançada para manter o terreno a ser defendido.

6-4. ÁREAS DE DEFESA

a. As áreas de defesa incluem a área de segurança, a área de defesa avançada e a área da reserva. Em cada uma dessas áreas, são localizadas forças, e empregados fogos, integrados em um plano defensivo global. As áreas de defesa de uma DE são mostradas na Fig 6-1.

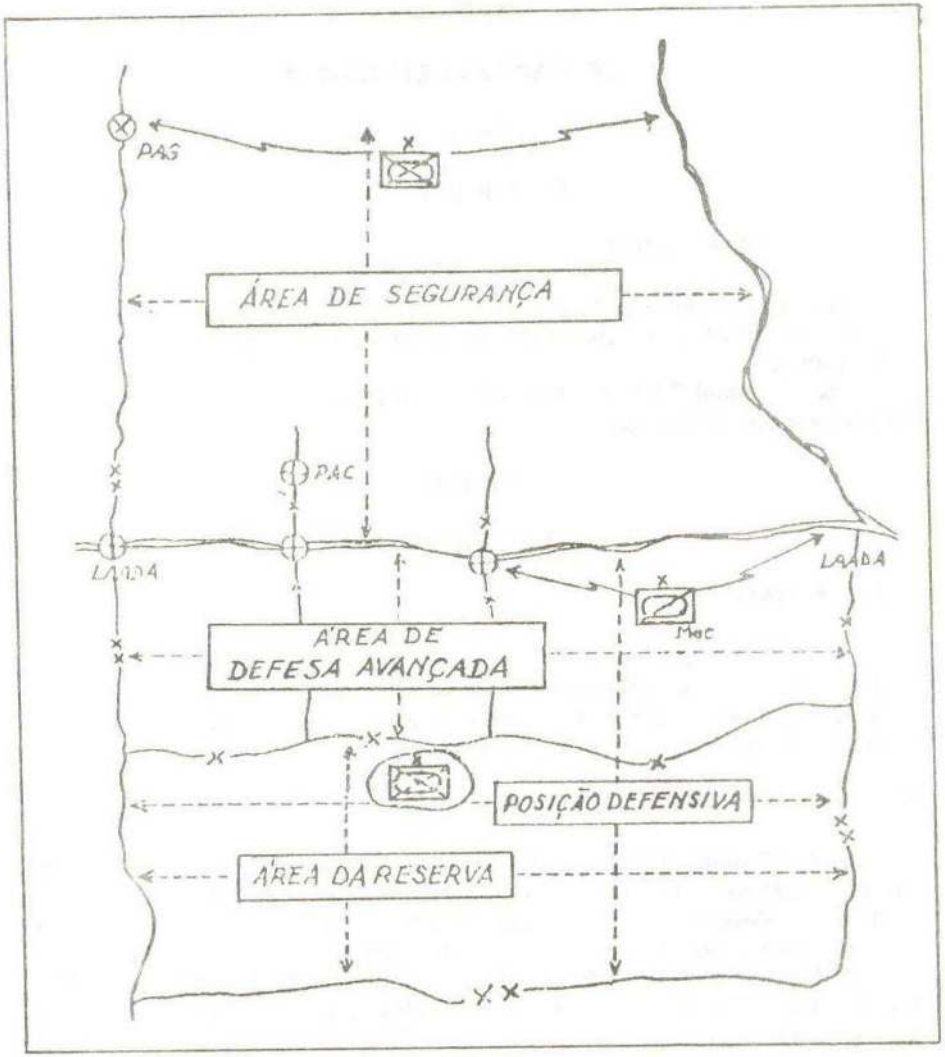


Fig 6-1. Áreas de defesa de uma DE

b. Área de segurança (ASeg) – A área de segurança de uma DE estende-se a partir do limite anterior da área de defesa avançada para a frente e para os flancos até onde são empregados os elementos de segurança. As forças de segurança ganham tempo para a preparação da posição defensiva, fornecem informes sobre o inimigo, retardam, iludem e desgastam o inimigo e provêem uma cortina de contra reconhecimento. Estas forças podem, também, receber a missão de localizar e obter informes sobre alvos para munições especiais. As forças que operam na área de segurança podem incluir elementos dos escalões superior, tais como: forças de cobertura e unidades capazes de prover vigilância aérea e segurança de flanco. A DE organiza e controla postos avançados gerais (PAG) ou uma força de cobertura. Para tal missão pode empregar uma força com base no seu RC Mec ou uma das brigadas que a integram.

c. Área de defesa avançada (Def Avcd) – A área de defesa avançada (A Def Avçd) estende-se do limite anterior da área de defesa avançada até o limite de retaguarda da área organizada pelas forças divisionárias de primeiro escalão.

d. Área da reserva (A Res) – A área da reserva estende-se do limite de retaguarda da área de defesa avançada até o limite de retaguarda da divisão. As forças em reserva ocupam posições na área de reserva da divisão e dão profundidade à posição defensiva. Essas forças são os principais meios de que dispõem o comandante para influir no combate e retomar a iniciativa.

6-5. FUNDAMENTOS DA DEFESA

a. O planejamento, a organização e a conduta da defesa baseiam-se nos seguintes fundamentos:

(1) utilização apropriada do terreno;
(2) segurança;
(3) defesa em todas as direções;
(4) defesa em profundidade;
(5) flexibilidade;
(6) dispersão;
(7) apoio mútuo;
(8) máximo emprego da ação ofensiva;
(9) utilização do tempo disponível, e
(10) integração e coordenação das medidas defensivas.

b. O manual C 100-5 – OPERAÇÕES estuda pormenorizadamente cada um desses fundamentos.

6-6. ATAQUE DE DESORGANIZAÇÃO

a. O planejamento da defesa pode incluir ataques de desorganização para impedir ou retardar o ataque do inimigo. Tais ataques são normalmente realizados contra forças inimigas que se preparam ou se reúnem para um ataque.

b. O ataque de desorganização apresenta as seguintes características:

(1) é executado visando a retardar ou impedir o ataque inimigo;

(2) seu objetivo é a destruição do pessoal e do equipamento inimigos e não a conquista de terreno ou outros objetivos físicos;

(3) os objetivos selecionados devem facilitar o cumprimento da missão defensiva da unidade;

(4) o comandante do escalão imediatamente superior pode limitar o valor da força a ser empregada;

(5) a força que o realiza deve possuir grande mobilidade e ser constituída, basicamente, de carros de combate.

c. Os ataques de desorganização, normalmente, só são conduzidos diretamente pela DE quando esta opera em uma frente estreita e sobre uma única direção tática de atuação (DTA).

6-7. ESTUDO DE SITUAÇÃO

a. O estudo de situação realizado pelo comandante da DE para o planejamento de uma operação defensiva obedece à sistemática preconizada no manual C 101-5, ESTADO-MAIOR E ORDENS. Entretanto, algumas peculiaridades devem ser ressaltadas para a formulação e aperfeiçoamento das linhas de ação, seguindo um processo particular dentro da seguinte seqüência:

- determinação da resistência desejada em cada via de acesso que incide no limite anterior da área de defesa avançada;
- determinação do poder de combate a ser empregado na área de defesa avançada;
- determinação do poder de combate da reserva e sua localização;
- determinação do poder de combate das forças de segurança e sua localização;
- ajustamento das linhas de ação.

b. Baseado nos tipos de defesa em posição e nas considerações sobre a influência do terreno sobre as operações, o Cmt DE seleciona, ao longo de cada via de acesso, os acidentes do terreno favoráveis ao bloqueio da possível penetração inimiga, de modo a assegurar a posse das regiões essenciais para a defesa. Para isso segue o seguinte caminho:

– identifica as regiões que bloqueiam a via de acesso no limite anterior da área de defesa avançada;

– identifica as regiões que bloqueiam a via de acesso e que ainda permitem a DE contra-atacar;

– identifica as regiões que bloqueiam a via de acesso mais em profundidade para permitir que o escalão superior conduza a defesa em profundidade;

– visualiza o traçado das penetrações máximas admissíveis;

– estabelece a natureza da resistência desejada em cada via de acesso.

c. Penetrações máximas admissíveis – A amplitude da penetração admissível, a cavaleiro de uma via de acesso ou de um conjunto de vias de acesso, é limitada em função dos fatores da decisão, das possibilidades de sucesso das ações para destruir o inimigo ou para restabelecer a linha defensiva violada e do grau de risco que o comandante aceita correr. Deve ser considerado que o apoio das forças de bloqueio e dos fogos de artilharia e aéreos, o aproveitamento do terreno e o desencadeamento oportuno são fatores que influem no poder relativo de combate para os contra-ataques.

d. Natureza da resistência desejada

(1) Em função do apresentado anteriormente, é estabelecido um dos seguintes graus de resistência:

(a) defender – O elemento emprega os meios e métodos disponíveis para impedir, resistir ou destruir um ataque inimigo e, no decorrer da conduta do combate, aceita um engajamento decisivo com as forças inimigas. Um elemento de infantaria é o mais apropriado para oferecer este grau de resistência.

(b) retardar – O elemento troca o espaço por tempo e provoca o máximo de baixas possíveis ao inimigo, sem se engajar decisivamente no combate, desde que haja posições de bloqueio à retaguarda. Os elementos blindados são os mais apropriados para oferecer este grau de resistência, seguindo-se os mecanizados.

(c) vigiar – O elemento estabelece uma série de postos de observação e patrulhas capazes de detectar a aproximação do inimigo numa determinada frente e manter o comando superior informado. Provê a própria segurança e, se pressionado, baliza a progressão do atacante, mantendo permanente contato com o mesmo. A tropa de cavalaria mecanizada é a mais apropriada para exercer uma vigilância com grande economia de meios. A vigilância aérea é bastante apropriada para as faixas com grandes características de passividade.

(2) Fatores a considerar na natureza da resistência desejada em cada via de acesso.

(a) Missão – A diretriz do Cmt pode especificar ou deixar implícita a natureza da resistência desejada em cada via de acesso;

(b) Terreno – A análise das características e da importância de cada via de acesso, no quadro da manobra defensiva, indica os graus da resistência aconselháveis em cada via de acesso, por ordem de prioridade em função da possibilidade de barrar cada uma delas;

(c) Nossos meios – A necessidade de economizar meios pode obrigar uma alteração nos graus de resistência indicados pelo terreno em cada via de acesso.

e. Determinação do poder de combate a ser empregado na área de defesa avançada

(1) Trata-se de repartir os meios para a defesa das diversas vias de acesso. É função de:

- diretriz de planejamento;
- resistência desejada em cada via de acesso;
- terreno;
- meios.

(2) Ao mesmo tempo em que é realizado este trabalho, que nada mais é que a formulação das linhas de ação para a defesa da área de defesa avançada, são visualizados os limites laterais e de retaguarda dos elementos subordinados e o emprego de outros meios na área de defesa avançada.

f. Determinação do poder de combate da reserva e sua localização

(1) Procurar um perfeito entrosamento ao distribuir as forças entre os escalões da defesa. Assim, quando determinar o poder de combate para a área de defesa avançada, levar em consideração o valor necessário para a reserva, pois esta não é constituída pela sobra de meios e sim aqueles necessários para atender às manobras da defesa.

(2) O passo seguinte é localizar a reserva, a qual ocupa uma zona de reunião, (Z Reu), beneficiando-se dos abrigos construídos nos núcleos de aprofundamento ou posições de bloqueio. A localização é baseada no seu emprego provável e no tipo de defesa adotada.

g. Determinação do poder de combate da força de segurança e sua localização

(1) Os elementos da força de segurança da DE (força de cobertura e/ou postos avançados gerais) normalmente são retirados da sua reserva, devendo ser evitada a utilização de GU ou unidade da área de defesa avançada.

(2) Normalmente, o emprego de forças de segurança, por divisões enquadradas, é coordenado pelo escalão superior.

(3) Ponto limite é a medida de coordenação para definir as áreas de responsabilidade dos elementos encarregados de sua instalação.

(4) Tendo em vista que nas áreas operacionais do continente (AOC) a pouca disponibilidade de meios é uma constante, raramente a DE lança uma F Cob. A situação mais comum é a de o Ex Cmp empregar uma F Cob ou determinar às DE que lancem PAG.

h. Ajustamento das linhas de ação

– A fase final do processo destina-se ao Cmt DE ajustar o poder de combate das áreas de responsabilidades atribuídas em cada linha de ação, isto porque podem surgir conflitos entre as necessidades dos vários escalões da defesa e o poder de combate disponível.

ARTIGO III

DEFESA MÓVEL

6-8. GENERALIDADES

a. A defesa móvel é a defesa em uma região onde a manutenção do terreno não é a preocupação primeira e, sim, a destruição do inimigo que atua nessa frente. A defesa móvel faz o máximo emprego da mobilidade das forças blindadas; é uma defesa dinâmica onde se realizam ações ofensivas, defensivas e de retardamento.

b. Na defesa móvel, a maior parte das forças defensivas é empregada em vigorosa ação ofensiva para destruir o inimigo em um momento e um local decisivos.

c. A defesa móvel oferece uma oportunidade para a destruição da força atacante e para a reconquista da iniciativa. Na sua condução, são evitados métodos padronizados de ação. O comandante da defesa mantém liberdade de ação de modo a escolher o momento e o local para desfechar seu contra-ataque decisivo.

d. Em geral, a DE é o menor escalão capaz de proporcionar uma força de choque suficientemente poderosa para permitir a execução de uma defesa móvel. Dadas as características deste tipo de defesa, a divisão para conduzí-la deve ser integrada por brigadas blindadas. A Bda C Bld é o elemento mais apto para constituir a força de choque nos contra-ataques de DE.

6-9. VARIAÇÕES NOS TIPOS DE DEFESA EM POSIÇÃO

a. A defesa de área e a defesa móvel situam-se nos extremos de uma ampla escala de variações nos tipos de defesa em posição. Freqüentemente, ne-

nhum desses tipos básicos, isoladamente, é adequado para determinada situação ou missão. Em tais casos, deve ser encontrada uma variante que incorpore partes aplicáveis de cada um desses tipos. Esta variante, por conservar a intenção de destruir o inimigo, será ainda denominada defesa móvel (Fig 6-2).

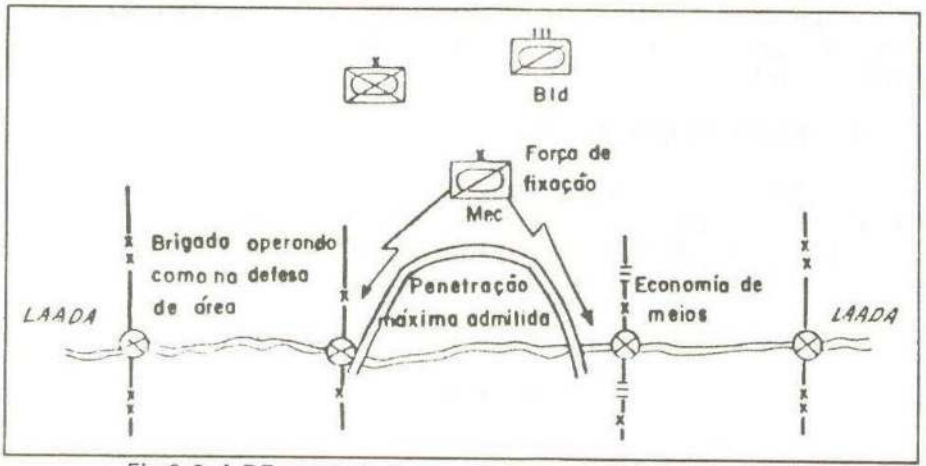


Fig 6-2. A DE conduzindo uma defesa móvel (tipo misto).

b. No âmbito de uma força maior, as operações dos vários elementos subordinados englobam tanto ações defensivas estáticas como ações retardadoras, ou, ainda, certos elementos recebem uma missão fundamentalmente ofensiva.

c. A DE, para atingir as finalidades de uma defesa móvel, freqüentemente, emprega, na área de defesa avançada, parte dos meios operando como na defesa de área, e uma outra parte, como força de fixação, com a missão de retardar o inimigo, atraindo-o para uma situação que favoreça o contra-ataque divisionário. Por vezes, além de meios em reserva da divisão, também a força de fixação e reservas de elementos subordinados podem ser empregados nas ações dinâmicas do contra-ataque divisionário, circunstância que amplia as possibilidades concernentes à destruição do inimigo.

6-10. ORGANIZAÇÃO DA DEFESA

a. Forças de segurança

(1) Generalidades – As forças empregadas na área de segurança na defesa móvel incluem força de cobertura (F Cob) ou postos avançados gerais (PAG) e postos avançados de combate (PAC).

(2) Força de cobertura e postos avançados gerais – A DE organiza e

controla a F Cob ou os PAG a fim de colher informes e interceptar, engajar, retardar, desorganizar e iludir o inimigo antes que ele possa atacar a posição defensiva. A missão precípua da F Cob ou dos PAG é, normalmente, retardar o inimigo à frente do limite anterior da área de defesa avançada por um prazo determinado. Quando este tempo não for fixado, a F Cob ou os PAG executam o máximo retardamento possível. A F Cob ou os PAG provêem segurança ao escalão superior pela observação, reconhecimento, ataque ou defesa ou, ainda, pela combinação desses processos. Salvo quando têm a missão de manterem-se por um prazo definido, esses elementos iniciam seu retraimento para posições subseqüentes, tão logo tenham conhecimento de que uma força inimiga superior esteja desdobrada para atacar e exista a possibilidade de um engajamento decisivo. A ação em cada posição de retardamento sucessiva é executada com a finalidade de mudar, tanto quanto possível, a direção de ataque do inimigo e obrigá-lo a desdobrar o maior número de suas unidades.

(3) Tendo em vista que, em áreas operacionais do continente, normalmente, existe pouca disponibilidade de meios, raramente são empregados força de cobertura e postos avançados gerais. O mais comum é o exército de campanha empregar uma força de cobertura ou determinar às divisões que lancem postos avançados gerais.

b. Forças da área de defesa avançada

(1) As forças de fixação são constituídas pelos elementos que se localizam na área de defesa avançada de uma defesa móvel e cuja missão é informar sobre a iminência do ataque, retardar, desorganizar e infligir a máxima destruição do inimigo, forçá-lo a emassar-se, por meio de ações ofensivas ou defensivas e canalizá-lo para uma área apropriada ao contra-ataque da reserva ou ao emprego de armas nucleares.

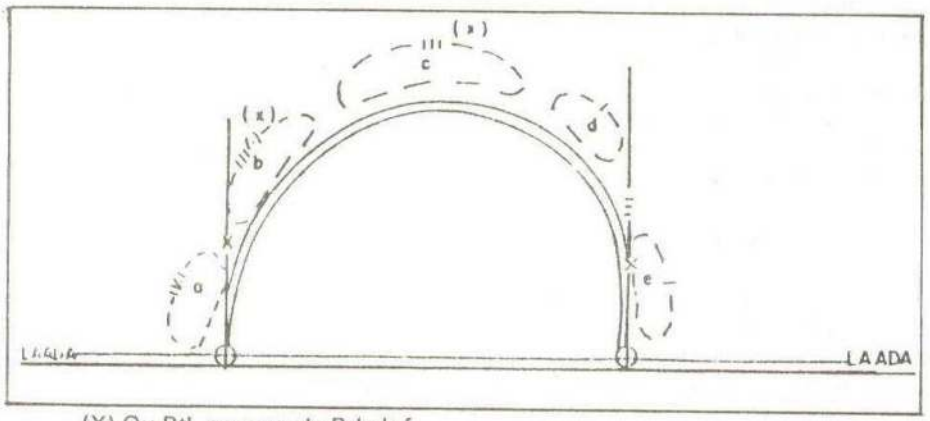
(2) As forças de fixação cumprem sua missão estabelecendo postos de observação e de escuta, ocupando e defendendo posições de bloqueio, realizando ações ofensivas limitadas e ações de retardamento. As posições de bloqueio são áreas organizadas para defesa em todas as direções, por elementos cujo efetivo varia de valor subunidade a força-tarefa de unidade. São localizadas ao longo do limite anterior da área de defesa avançada e em profundidade, barrando as vias de acesso do inimigo para o interior da posição. As forças que ocupam uma posição de bloqueio não têm necessariamente que manter sua posição inicial; realizam ações ofensivas e de retardamento, a fim de forçar o inimigo a se emassar, apresentando um alvo compensador para armas nucleares e dando tempo suficiente para o emprego das forças de contra-ataque.

(3) Quando a situação exigir que parte da divisão realize um retardamento, enquanto uma outra parte deve manter o limite anterior da área de defesa avançada, é necessário evitar o surgimento de flancos expostos, para os elementos empregados estaticamente.

(4) O escalão superior intervém no planejamento de seus subordinados, quando houver necessidade de propocionar segurança aos flancos surgidos, em conseqüência de recuo da força de fixação para as regiões que bloqueiam a penetração máxima admitida (Fig 6-3). Para isso:

(a) determina uma coordenação de manobra pelos elementos diretamente envolvidos na ação (solução mas flexível para a divisão);

(b) impõe aos elementos subordinados vizinhos da força de fixação a previsão de núcleos defensivos voltados para o interior da penetração a ser admitida, de modo a que possam ser ocupados, no momento oportuno, por ordem da divisão.



(X) Ou Btl, no caso de Bda Inf

Fig 6-3. Previsão de ocupação de núcleo ("a" e "e") por elementos vizinhos da força de fixação.

(5) Como decorrência das características das operações em AOC, é difícil assegurar que o inimigo traga a maioria de meios na direção em que se pretende destruí-lo, em melhores condições.

(6) Outra característica das operações em AOC é a relativa carência de meios blindados, o que dificulta a montagem de um dispositivo de defesa móvel que permita destruir o inimigo em qualquer parte da frente, para onde ele possa orientar seu esforço. Por isso, freqüentemente, a divisão seleciona uma parte da frente, onde vai procurar, prioritariamente, a destruição do inimigo, mantendo o limite anterior da área de defesa avançada no restante da zona de ação.

(7) Desde modo, a DE formula tantas hipóteses quantas forem as direções prováveis em que o inimigo pode apresentar a sua maioria de meios. Para cada hipótese formulada, é feito o respectivo planejamento, de maneira que o dispositivo na área de segurança, sempre que possível, seja o mesmo, para to-

das as hipóteses.

(8) A ordem de prioridade na realização destes planejamentos é diretamente correspondente à direção que tem maior possibilidade de ação da maioria dos meios do inimigo. Caso existirem mais de uma direção onde o inimigo tem a mesma possibilidade, então, entre estas, a ordem corresponde à direção cujo terreno é mais propício para atender à finalidade de destruição das forças inimigas.

(9) Após os devidos planejamentos e os respectivos preparos de posições, é adotado, nas áreas de defesa avançada e da reserva, um dispositivo intermediário (de expectativa) que proporcione boas condições de evolução para fazer face à concretização de qualquer hipótese de atuação do inimigo.

(10) O ideal é o inimigo apresentar sua maioria de meios na direção escolhida pelo defensor. Compete à F Cob fazer todo o empenho possível na necessária canalização das forças inimigas para aquela região. No caso de não conseguir, o comando da divisão é informado sobre a direção que está sendo imposta pelo inimigo e, dispondo do tempo mínimo necessário, faz com que as forças da área de defesa avançada e da área da reserva evoluam do dispositivo intermediário para aquele que corresponde à hipótese que veio a se concretizar, proporcionando, na devida ocasião, a ação da força de fixação, para possibilitar a destruição das forças inimigas, com o emprego decisivo da força de contra-ataque.

c. Reserva

(1) Generalidades

(a) A reserva é forte em carros de combate e tem como missão destruir o inimigo pela ação ofensiva na frente, no interior ou à retaguarda da área de defesa avançada. A força de contra-ataque prepara-se para conduzir um contra-ataque onde quer que uma oportunidade se apresente.

(b) A possibilidade de emprego de meios aeromóveis em reserva aumenta a flexibilidade e a presteza da força para reagir a situações táticas diversas.

(c) A reserva é localizada de modo a deslocar-se rapidamente para qualquer parte da posição defensiva. Elementos da reserva ocupam posições de bloqueio, a fim de auxiliar o estabelecimento de condições favoráveis para o contra-ataque decisivo pelo restante da mesma (maioria de seus meios).

(d) O comandante da reserva prepara planos de contra-ataque detalhados, baseados nos planos básicos de contra-ataque elaborados pela DE.

6-11. PARTICULARIDADES DO PLANEJAMENTO DA DEFESA

a. Emprego das forças

(1) Na execução de uma defesa móvel, é necessário tropas com três aptidões distintas:

- para o retardamento no interior da penetração máxima admitida;
- para o bloqueio em profundidade;
- para o contra-ataque de destruição.

(a) Para o primeiro caso, as tropas blindadas são as mais aptas. Contudo, os elementos blindados não são empregados sem infantaria, que lhes dá a proteção necessária, particularmente se for imaginado que, na maioria dos casos, a defesa é apoiada num obstáculo natural, não permitindo, de início, o emprego de blindados pelo inimigo. Assim, a força de fixação tem seus elementos organizados em forças-tarefa. As brigadas de infantaria blindada são, portanto, as grandes unidades mais aptas para constituirem a força de fixação, embora poucas vezes disponíveis para esse emprego. No entanto, as brigadas de cavalaria mecanizada ou, mesmo, brigadas de infantaria motorizada reforçadas com carros de combate, podem, às vezes, desempenhar tal missão.

(b) Para o bloqueio em profundidade, os meios mais adequados têm como base elementos de fuzileiros, com o devido grau de mobilidade.

(c) Finalmente, no contra-ataque, são empregadas forças preponderantemente de carros de combate, acompanhadas de fuzileiros blindados, sempre que possível.

(2) A possibilidade do comandante da divisão optar por onde destruir o inimigo vai depender, particularmente, da natureza dos meios disponíveis e do terreno, em especial do valor do limite anterior da área de defesa avançada como obstáculo.

b. Considerações sobre o valor do inimigo no interior da penetração máxima admitida

(1) Ao determinar o poder de combate para o contra-ataque, o comandante da divisão considera o valor e a natureza da força de choque, os demais elementos empregados na ação ofensiva, o apoio aéreo e as restrições que se vão apresentar ao inimigo no interior da penetração admitida. Normalmente, é temerário permitir que o inimigo venha a dispor de carros de combate em número significativo, ou de poder de combate superior ao da força de contra-ataque, no interior da penetração admitida. De preferência, quando o atacante estiver detido ou perdendo a impulsão, a divisão desencadeia seu contra-ataque, tirando o máximo proveito das ações coordenadas da força de choque e dos demais elementos nele empregados, procurando assumir a iniciativa do combate, naquela parte da frente.

(2) Neste momento crítico, o combate é decidido pela velocidade de emprego da força de choque (tempo de reação) e o defensor se aproveita dessa vantagem.

6-12. CONDUTA DO COMBATE

a. Na defesa móvel, os elementos da força de fixação executam essencialmente a ação retardadora. Suas operações estendem-se a uma profundidade considerável na área de defesa. Eles, entretanto, estão preparados para, em curto prazo, interromper o movimento e manter o terreno para cooperar no sucesso do contra-ataque. A defesa móvel baseia-se no contra-ataque como elemento decisivo. O critério para determinar quando o contra-ataque deve ser desencadeado é, basicamente, o mesmo que condiciona a decisão sobre a manobra ofensiva. Entre as considerações significativas, estão o grau de sucesso obtido pelas forças da área de defesa avançada no enfraquecimento do atacante e o potencial remanescente para redução posterior da eficiência deste. O desejável é que o inimigo seja detido ou tenha sua velocidade de progressão diminuída e que seja desorganizado; mas, estes não são requisitos fundamentais e não devem tolher a iniciativa no desencadeamento do contra-ataque.

b. A finalidade do contra-ataque, na defesa móvel, é a destruição do inimigo. São atribuídos objetivos à força de contra-ataque: acidentes do terreno perfeitamente identificáveis, cuja conquista concretiza a destruição do inimigo. A conquista do terreno destinado a restabelecer o limite anterior da área de defesa avançada só é válido como um objetivo na defesa móvel se sua conquista contribuir para a destruição do inimigo. Como regra, o contra-ataque situa-se dentro do alcance da artilharia de apoio, consideradas as suas possibilidades de deslocamento para posições de manobra.

c. O contra-ataque só é lançado contra elementos significativos do inimigo. Quando o contra-ataque é desencadeado, a ele são dados todos os meios para cumprir a missão. O contra-ataque deve ser executado rápida e violentamente, empregando todo o poder de combate necessário para assegurar o sucesso, evitando-se o emprego parcelado dos meios.

d. Em certas ocasiões, pode ser necessário desencadear contra-ataques independentes contra duas ou mais forças inimigas. O processo mais eficiente é a eliminação das forças inimigas na ordem de importância da ameaça. Os contra-ataques simultâneos por elementos da reserva dividem o poder de combate disponível e, portanto, são evitados; porém, tal procedimento pode ser necessário em algumas situações.

e. Exemplos básicos no emprego da força de contra-ataque:

(1) 1º Caso: LIMITE ANTERIOR DA ÁREA DE DEFESA AVANÇADA EM LINHA SECA (Fig 6-4) – A inexistência de um obstáculo à retaguarda do inimigo exige o bloqueio prévio de suas vias de escape através da conquista de região à frente do limite anterior da área de defesa avançada, para o inimigo ser destruído posteriormente (se necessário). Neste caso, o isolamento do inimigo poderia ser feito, inclusive, por forças aeromóveis.

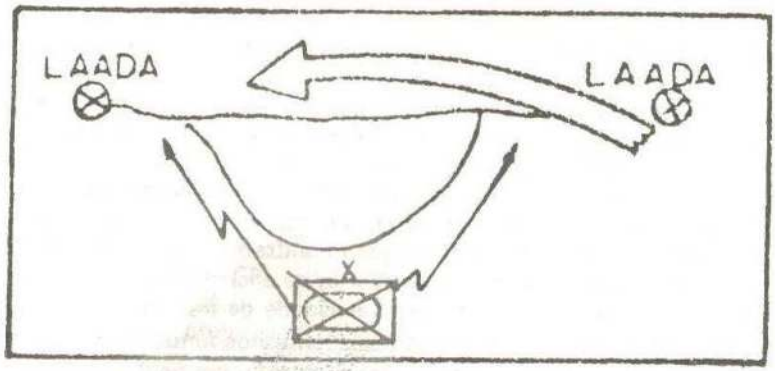


Fig 6-4. Contra-ataque com LAADA em linha seca.

(2) 2º Caso: LIMITE ANTERIOR DA ÁREA DE DEFESA AVANÇADA EM OBSTÁCULO NATURAL (Fig 6-5) – A destruição das possíveis passagens utilizadas sobre um rio obstáculo isola o inimigo no interior da penetração e favorece um contra-ataque de destruição no interior da posição defensiva.

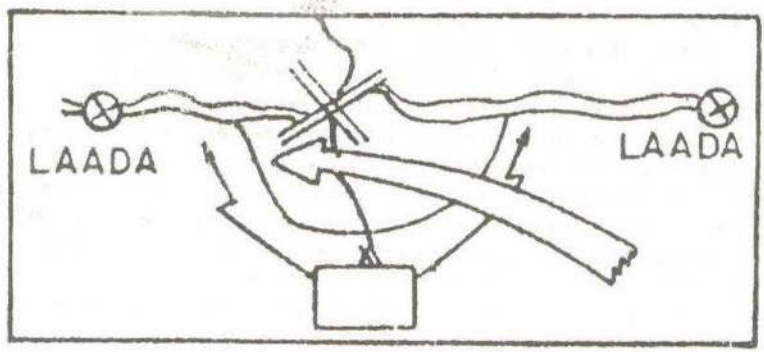


Fig 6-5. Contra-ataque com LAADA em obstáculo natural.

(3) 3º Caso: EM AMBIENTE NUCLEAR (Fig 6-6) – A utilização de armas nucleares para isolar o inimigo que penetrou na posição favorece a condução da defesa móvel, assegurando melhores condições para a destruição do inimigo, com o emprego de tropa.

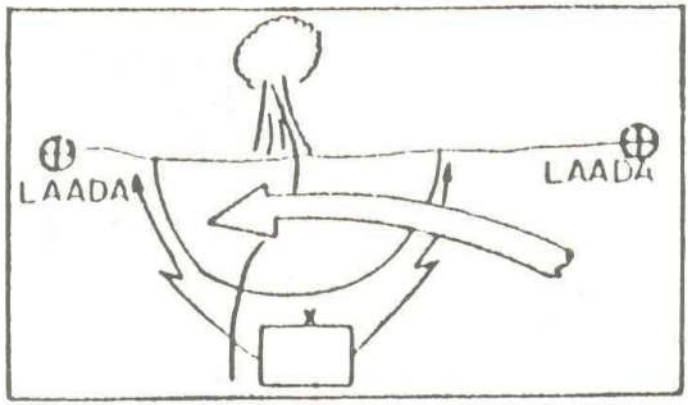


Fig 6-6. Contra-ataque em ambiente nuclear.

f. Algumas opções para o emprego dos meios de contra-ataque.

(1) 1º Caso: Somente a reserva é empregada na ação dinâmica, incorporando ou não um elemento da força de fixação (Fig 6-7).

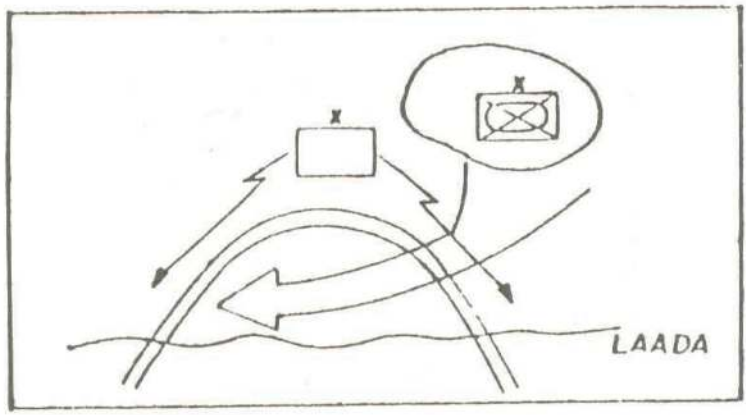


Fig 6-7. Apenas a reserva empregada na ação dinâmica.

(2) 2º Caso: A situação exige que duas brigadas sejam empregadas na ação dinâmica. A organização é reajustada para o combate e as medidas de coordenação e controle para tal são prescritas (Fig 6-8).

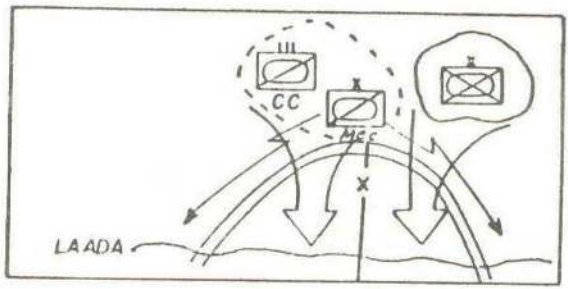


Fig 6-8. Duas brigadas empregadas na ação dinâmica.

(3) 3º Caso: Proceder primeiro ao isolamento do inimigo com o emprego da reserva para depois destruí-lo com o elemento (reforçado ou não) que anteriormente havia retardado (Fig 6-9).

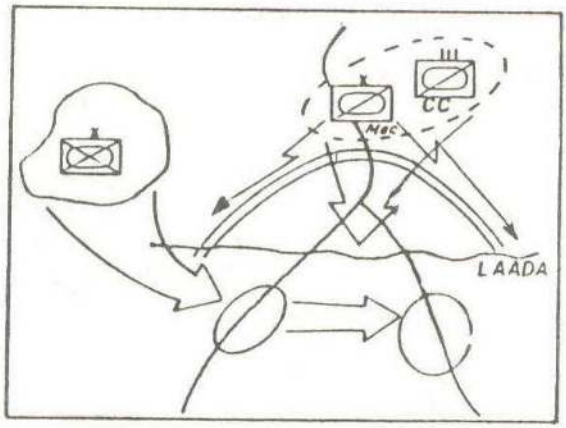


Fig 6-9. Reserva empregada no isolamento.

ARTIGO IV

DEFESA DE ÁREA

6-13. GENERALIDADES

a. A defesa de área exige a manutenção de terreno específico durante um período de tempo. A área de defesa é organizada para deter o inimigo. Pode não ser possível ou aconselhável ocupar fisicamente todos os acidentes capitais do terreno na área defendida, mas um poder de combate suficiente deve estar dis-

ponível para manter a posição. A área de defesa avançada normalmente tem maior prioridade para receber forças do que a reserva. A reserva é empregada para bloquear e destruir o inimigo, para eliminar penetrações ou para reforçar as áreas ameaçadas.

b. Normalmente, a divisão planeja e executa uma defesa de área quando não dispõe de meios adequados para realizar a defesa móvel; quando a missão requer, prioritariamente, a manutenção do terreno; ou quando houver imposição explícita do escalão superior. Dificilmente o terreno, por si só, constitui fator impositivo da defesa de área.

c. Nas áreas operacionais do continente sul-americano, a divisão muitas vezes terá a seu cargo a defesa de largas frentes; neste caso, atua sobretudo como um elemento de coordenação das ações de suas forças da área de defesa avançada.

d. As figuras 6-10 e 6-11 apresentam, esquematicamente, divisões de exército, na defesa de área.

6-14. ORGANIZAÇÃO DA DEFESA

a. Forças de segurança

(1) A DE utiliza uma força de cobertura ou postos avançados gerais, conforme o caso. Os postos avançados gerais inicialmente ocupam posição para tirar partido dos obstáculos e para negar ao inimigo a possibilidade de observação terrestre e do emprego de fogos de artilharia leve sobre a área de defesa avançada.

(2) Os postos avançados de combate (PAC) são elementos de segurança das brigadas da área de defesa avançada. São estabelecidos para fornecer alerta sobre a aproximação do inimigo e para negar-lhe observação terrestre aproximada e fogos diretos sobre a área de defesa avançada. Sua localização deve permitir o apoio de fogo do interior da posição defensiva. O comandante da divisão prescreve a localização geral dos postos avançados de combate na extensão necessária à segurança ao longo de toda a frente da divisão.

b. Forças da área de defesa avançada – A área de defesa avançada é organizada em uma série de posições que ofereçam boa observação e apresentem valor defensivo natural. As posições são preparadas para bloquear as vias de acesso, tanto no limite anterior da área de defesa avançada, como em profundidade. O grosso do poder de combate da divisão é empregado na área de defesa avançada. O valor defensivo natural do terreno é aumentado, a medida que o tempo o permita, pelo estabelecimento de obstáculos artificiais, fortificações e barreiras.

c. Reserva – A reserva ocupa posição de forma a poder executar os planos de contra-ataque e conter penetrações na frente ou flancos. A reserva assegura a continuidade da defesa, executando o contra-ataque para eliminar as penetra-

ções inimigas, reforçando os elementos da área de defesa avançada ou executando missões de bloqueio. Quando a divisão opera em grandes espaços, sua reserva normalmente se articula e pode ser empregada na execução de contra-ataques ou para reforçar os elementos da área de defesa avançada. Excepcionalmente, é empregada no cumprimento de missões de bloqueio, aprofundando a defesa.

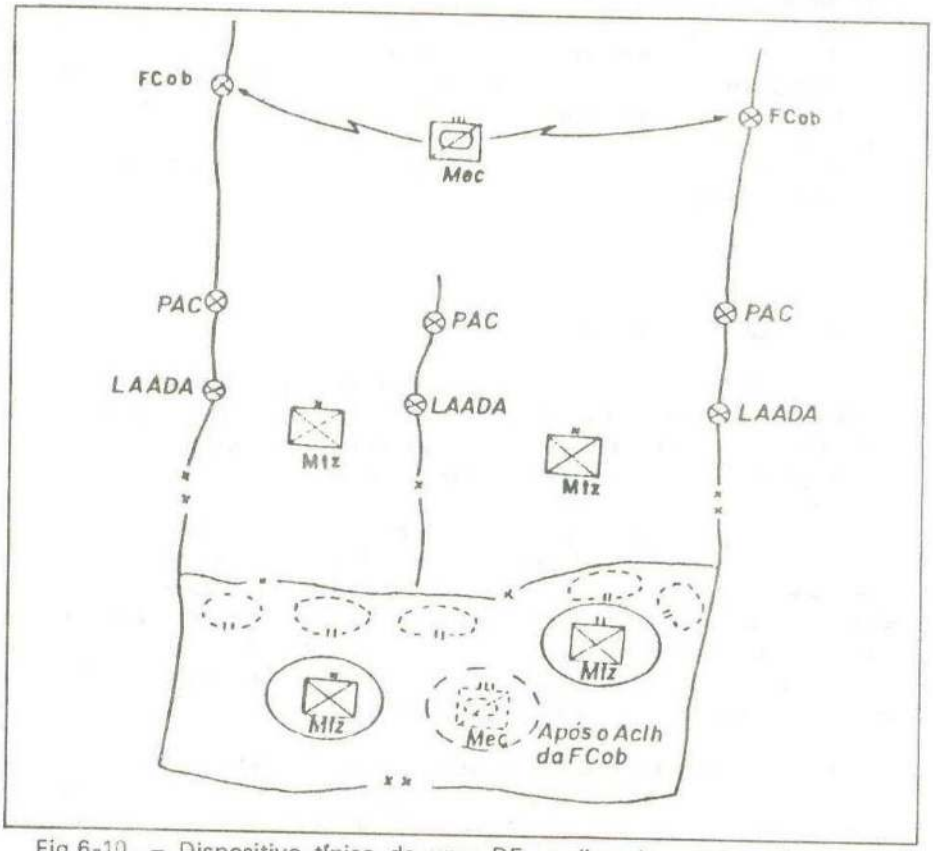


Fig 6-10. – Dispositivo típico de uma DE, realizando a defesa de área, numa frente de pequena amplitude.

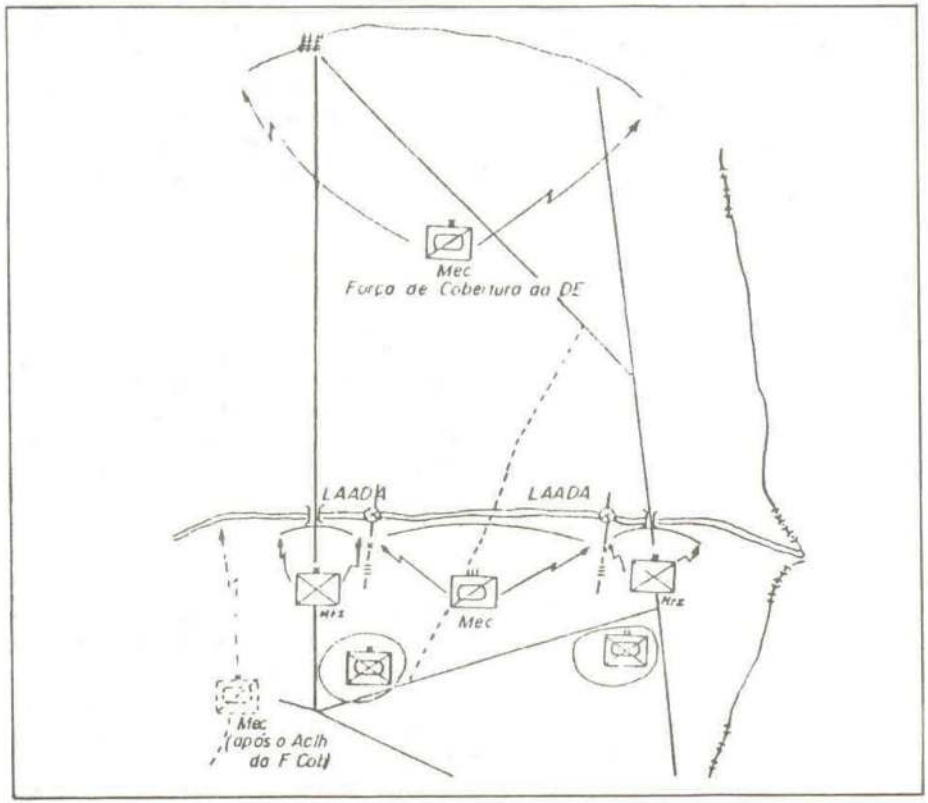


Fig 6-11. Dispositivo esquemático de uma DE na defesa de uma larga frente.

Obs: A divisão de exército coordena as ações de seus elementos na área de defesa avançada, ficando em condições de reforçá-los, em meios e em fogos. As brigadas da área de defesa avançada defendem a cavaleiro dos eixos. Assinale-se a existência de espaços apenas vigiados e a necessidade de uma reserva forte e móvel.

ARTIGO V

CONSIDERAÇÕES DEFENSIVAS ESPECIAIS

6-15. GENERALIDADES

a. As ações de blindados, de forças pára-quedistas e aeromóveis, de

guerrilheiros e de inimigos infiltrados na zona de ação da divisão devem merecer atenção especial no planejamento da defesa. A natureza da ameaça exige, freqüentemente, a localização ou a organização de forças de combate móveis na retaguarda. Uma ação inimiga dessa natureza pode ser executada simplesmente para inquietar a divisão e diminuir a sua capacidade de combate, ou pode ser usada em conjunto com um ataque de vulto do inimigo. Se a ameaça é de vulto, pode colocar em perigo o cumprimento da missão e exigir o emprego de unidades de combate.

b. O emprego dos helicópteros da aviação do exército, quando sob controle operacional da divisão ou outra forma de apoio, deve sempre ser considerado, face às características das AOC e sua acentuada aptidão para ações anticarro e vigilância e rápido transporte de tropa, sendo elemento valioso no apoio a forças de reação. No combate moderno, ressalta-se, ainda, sua capacidade como arma contra os helicópteros inimigos. Em virtude do seu elevado custo, entretanto, o Cmt DE deverá empregá-los apenas em ações de importância compensadora para a divisão.

6-16. DEFESA CONTRA BLINDADOS

É essencial assinalar, o mais cedo possível, as unidades blindadas inimigas. Os sistemas de alerta são estabelecidos para assegurar que as armas anticarro possam atuar sobre os blindados inimigos e destruí-los o mais cedo possível. Deve ser feito o máximo emprego dos obstáculos naturais e artificiais, a fim de canalizar os blindados inimigos para os campos de tiro das armas anticarro. Devem ser utilizados todos os tipos de armas anticarro, inclusive armas nucleares, quando disponíveis. Os helicópteros de ataque ou outros helicópteros convenientemente armados da aviação do exército, como poderoso elemento anticarro, devem merecer consideração especial e empregados quando possível e compensador. A defesa anticarro é estabelecida em profundidade ao longo de toda a área defendida. Os fogos de artilharia, incluindo os químicos, podem ser empregados contra os CC, para destruir as guarnições e deles separar, ou destruir, a tropa de infantaria que os acompanha.

6-17. DEFESA CONTRA ATAQUES AEROTERRESTRES E AEROMÓVEIS

a. A defesa contra ataques aeroterrestres e aeromóveis inclui as medidas de defesa antiaérea, um sistema de alerta, a defesa por tropas nas áreas e prováveis objetivos aeroterrestres e reservas móveis.

b. Os elementos pára-quedistas atacantes normalmente estão dispersos após seu lançamento e podem ser enfrentados com mais eficiência antes de concluída sua reorganização. Para que possa haver uma reação rápida contra um ataque aeroterrestre ou aeromóvel, é necessário o planejamento prévio, incluindo o reconhecimento detalhado da área, para localizar zonas prováveis de lan-

çamento e de aterragem. As reservas móveis devem estar localizadas dentro de uma distância de emprego em relação a tais áreas. Os elementos blindados são particularmente eficientes contra forças pára-quedistas, especialmente durante os estágios iniciais de sua operação.

c. Operações aeroterrestres inimigas de pequena escala podem ser enfrentadas por unidades ou forças localizadas na área de retaguarda. Se as forças locais não são capazes de destruir o atacante, estabelecem uma base para um contra-ataque por reservas mais poderosas. Um ataque aeroterrestre ou aeromóvel de vulto é considerado uma parte do combate principal, e contra ele são empregadas forças de combate importantes, sempre que possível sob o controle direto da divisão.

6-18. DEFESA CONTRA A INFILTRAÇÃO

a. A infiltração inimiga é uma ameaça constante, particularmente quando as forças na área de defesa avançada estão dispersas. A infiltração pode ser tentada como um meio para desorganizar as operações do defensor e para ações sobre as instalações da área de retaguarda. O inimigo pode, ainda, tentar a infiltração em massa como um tipo básico de ataque. Os planos para a defesa contra a infiltração são preparados como parte do plano geral de defesa. Para o caso de infiltração bem sucedida, os planos prevêem medidas para a localização e destruição das forças de infiltração inimigas. As medidas específicas para auxiliar o controle sobre a infiltração incluem o contra-reconhecimento em ampla escala, as patrulhas de combate, os obstáculos antipessoal, os dispositivos de alarme e os artifícios eletrônicos de vigilância.

b. O perigo de infiltração é particularmente crítico durante a execução da defesa móvel, em virtude de forças normalmente de pequeno valor ocuparem a área de defesa avançada. Assim, é necessária uma constante vigilância entre as regiões realmente ocupadas por forças, para reduzir ao mínimo a ameaça de infiltrações.

c. Se existe uma ameaça de ataque por infiltração, pode ser necessário atribuir a um força de combate móvel, tal como o RC Mec, a missão principal de combater forças de infiltração dentro da zona de ação da divisão. Tais forças mantêm vigilância aérea e terrestre sobre as prováveis vias de acesso dos elementos de infilração na área da divisão e dos prováveis pontos de reunião ou de reagrupamento.

6-19. DEFESA CONTRA GUERRILHEIROS

a. A finalidade de uma guerrilha inimiga no setor de uma divisão pode ser: interferir no movimento de tropas e de suprimentos. interromper as comunicações, ou desviar a atenção da força de combate principal. Os planos para a defesa contra as atividades de guerrilheiros são parte do plano global da divisão para

a defesa. Os ataques em pequena escala podem ser enfrentados por unidades na área de retaguarda com seus próprios meios. As operações contra ataques em pequena escala, que ameaçam as atividades de apoio logístico, fazem parte das ações de defesa da área de retaguarda.

b. Embora raramente seja possível desviar importantes elementos de combate para a proteção contra guerrilheiros dentro da zona de ação da divisão, uma séria ameaça de guerrilheiros pode exigir o emprego de elementos móveis de combate sob seu controle. Da mesma forma, a reserva divisionária pode ser alertada para um possível emprego no caso de um ataque em larga escala na retaguarda da divisão.

6-20. SEGURANÇA DE ÁREA DE RETAGUARDA

a. Generalidades – O termo segurança de área de retaguarda refere-se às ações realizadas pelas forças da área de retaguarda para se preservarem ou reduzirem os efeitos das ações inimigas ou das calamidades provocadas pela natureza. A segurança de área de retaguarda divide-se em dois tipos de ações: defesa de área de retaguarda e controle de danos.

b. Defesa de área de retaguarda

(1) As medidas de defesa de área de retaguarda compreendem todas as providências tomadas para prevenir ou neutralizar ameaças inimigas contra unidades, atividades e instalações na área de retaguarda, exceto as operações que possam comprometer as forças como um todo. Enquanto a ameaça inimiga não for de molde a comprometer a segurança das forças como um todo, cabe ao controlador de defesa de área de retaguarda a responsabilidade pelo planejamento dessa defesa na divisão, sendo o comandante do batalhão logístico divisionário o seu executivo.

(2) A reserva divisionária, unidades de artilharia e outros elementos de apoio ao combate, além dos elementos de apoio logístico divisionário, podem estar localizados na área de retaguarda da divisão. Os planos de segurança local de tais elementos são coordenados pelo controlador de defesa de área de retaguarda.

(3) Para melhor planejar, atribuir responsabilidade e coordenar as suas ações, o controlador de defesa de área de retaguarda da divisão estuda a localização da área de apoio logístico, das unidades de combate e das de apoio ao combate estacionadas na área de retaguarda e divide esta em subáreas.

(4) Quando áreas de apoio logístico de brigadas que integram a divisão estão localizadas na área de retaguarda desta, o controlador de defesa de área de retaguarda da divisão ao lhes atribuir uma subárea deve, em princípio, limitá-la às necessidades de segurança local, a fim de que os encargos de defesa de área de retaguarda não venham a prejudicar as atividades de apoio às brigadas.

(5) Normalmente, o controlador de defesa de área de retaguarda da divisão recebe um elemento de combate, dotado de boa mobilidade, para que possa organizar uma reserva de força de defesa de área de retaguarda. Quando não houver elemento de combate designado para tal fim, o controlador de defesa de área de retaguarda deve propô-lo ao comandante.

(6) Sendo a DE um grande comando operacional, é comum ocorrer situações em que as distâncias entre os elementos da base divisionária desdobrados na área de retaguarda da divisão e os limites de retaguarda das brigadas de primeiro escalão sejam muito grandes. Nestes casos, com a existência de grandes vazios, os problemas de defesa de área de retaguarda da divisão restringem-se àqueles de segurança local das instalações, seja da base divisionária, seja da própria reserva da divisão. Os comboios devem ser escoltados sob a responsabilidade de quem os organiza. Os pontos críticos existentes nos eixos necessários devem ser guardados por elementos designados especificamente para tal fim. Os espaços vazios devem, na medida do possível, ser vigiados, seja por elementos terrestres, seja por elementos aéreos. Essas ações de vigilância são planejadas e coordenadas pelo E3 da divisão.

c. Controle de danos

(1) O termo controle de danos refere-se às medidas executadas para evitar ou reduzir os efeitos dos ataques inimigos de destruição em massa ou das calamidades provocadas pela natureza sobre as unidades e instalações da área de retaguarda. Equipes de controle e avaliação são organizadas por todos os elementos da divisão. Cabe ao E4 da divisão exercer a supervisão, o controle e a coordenação do planejamento de controle de danos.

(2) Os destacamentos empregados no controle de danos da divisão provêm principalmente das unidades divisionárias de valor batalhão. Os destacamentos de controle de danos destas unidades são empregados para o controle de danos das próprias unidades. Eles podem ser empregados para reforçar outras unidades ou instalações, dependendo da situação. Nas operações de controle de danos, são de capital importância as ações realizadas para evitar danos, bem como estabelecimento de prontidão antes que os ataques do inimigo se concretizem. Tais ações incluem o planejamento, o treinamento, a prática de alertas, a dispersão e a camuflagem.

d. O manual C 100-10, APOIO ADMINISTRATIVO detalha as ações de segurança de área de retaguarda.

ARTIGO VI

MOVIMENTOS RETRÓGRADOS

6-21. FUNDAMENTOS DOUTRINÁRIOS

Os fundamentos doutrinários dos movimentos retrógrados são estudados no manual C 100-5 – OPERAÇÕES. Este capítulo contém apenas as peculiaridades do emprego da DE na execução dessas operações.

6-22. CONDUÇÃO DA OPERAÇÃO

a. Quando o exército de campanha julgar conveniente dar ampla liberdade de ação à divisão, ele pode atribuir-lhe, além de indicações referentes à sua própria manobra, a missão, definida por direções a barrar; a última posição a defender com o prazo mínimo a manter e as ligações e coordenações necessárias. Neste caso, o trabalho de seu estado-maior é redobrado, e seu comando é responsável pelo movimento retrógrado em toda a sua plenitude. Cabe ao comandante da divisão decidir sobre o retardamento, a atuação da força de cobertura, os valores das forças que ocuparão as posições de retardamento, os prazos a serem ganhos nestas e as medidas necessárias à manutenção do sigilo. Deve, ainda, o comandante da divisão, determinar aos elementos subordinados a oportunidade do retraimento e retirada das posições de retardamento.

b. Quando o próprio exército de campanha conduz as operações, ele complementa as indicações, fixando também o retardamento, os valores das forças que devem ocupar as posições de retardamento, os prazos a serem ganhos nestas e outras ações necessárias. Em conseqüência, o trabalho de planejamento da divisão fica simplificado e consiste de estudos e decisões que dizem respeito a medidas complementares, como escolha de posições intermediárias e coordenação dos sucessivos retraimentos, retiradas e retardamentos.

6-23. COORDENAÇÃO E CONTROLE

a. A DE quando executa um movimento retrógrado, desdobra-se freqüentemente em uma larga frente. A operação consiste em uma série de ações independentes executadas pelas brigadas, dentro do quadro do plano global. As missões atribuídas aos elementos subordinados e sua seqüência de execução são mais detalhadas e mais restritivas do que em outros tipos de operações.

Entretanto, cada comandante subordinado deve ter liberdade de ação para permitir-lhe explorar as vantagens que surjam em seu escalão. Deve-se tomar cuidado para evitar que o inimigo desborde elementos da força ou realize uma penetração que possa impedir o cumprimento da missão da divisão. O controle e a coordenação são executados com auxílio de linhas de controle, pontos de controle, posições de retardamento, hora e itinerários para o retraimento e pres-

crições para o controle efetivo do trânsito. Os planos para o apoio logístico são detalhados e contêm prescrições sobre o destino a ser dado aos excessos de suprimento e de equipamento. Os comandantes devem estar cientes do conceito global da operação para que sua execução seja eficiente.

b. As comunicações rádio são empregadas em todos os escalões para o exercício do controle e da coordenação. O planejamento cuidadoso das comunicações é essencial para evitar a revelação prematura do movimento retrógrado. Ao atribuir missões e setores aos elementos subordinados, especial atenção deve ser dada às possibilidades dos respectivos equipamentos de comunicações.

c. O movimento de civis não deve interferir na operação. As medidas prescritas para o controle de civis devem ser claras e capazes de ser executadas com um mínimo de emprego de tropas de combate.

6-24. RECONHECIMENTO E SEGURANÇA

a. Nos movimentos retrógrados, todos os órgãos de busca de informes disponíveis para a divisão são empregados para obter informes sobre o inimigo. Missões específicas de reconhecimento podem ser atribuídas às brigadas dentro de seus respectivos setores.

b. Informes sobre o inimigo, como direção do movimento, valor e composição da força principal de ataque, localização dos blindados, esforços para impedir ou por em risco o movimento retrógrado, emprego de meios aeroterrestres ou aeromóveis, ataques aéreos, ataques anfíbios, ações de guerrilheiros ou infiltração para interferir na operação são partes essenciais do plano de busca de informes da divisão.

c. O emprego de fogos, conjugado com ações ofensivas limitadas, facilita a obtenção de segurança durante o movimento retrógrado. Deve-se negar ao inimigo, tanto quanto possível, o conhecimento da intenção de retrair. O máximo de medidas de segurança passiva e de dissimulação devem ser adotadas para ocultar o movimento. Tais medidas podem incluir "silêncio rádio" para as unidades em deslocamento e a manutenção dos padrões normais de emprego do rádio na área avançada, a manutenção dos fogos normais de artilharia e de outros meios de apoio de fogo, o deslocamento sob a cobertura da escuridão ou sob condições de visibilidade reduzida e a retenção de tropas suficientes, na posição, para simular a presença do grosso da força.

d. Devem ser tomadas medidas para proporcionar segurança à frente, nos flancos e à retaguarda do grosso contra os ataques aéreos e terrestres.

Aeronaves de reconhecimento, quando disponíveis, são empregadas para localizar as unidades inimigas e manter vigilância sobre elas. As unidades de artilharia ocupam posição para apoiar os elementos de segurança. O planejamento inclui prescrições para a defesa das áreas de retaguarda. São empregados destacamentos de segurança para proteger pontos críticos que devem ser transpostos pelos elementos divisionários. A artilharia antiaérea é empregada para proteger tais pontos contra os ataques aéreos do inimigo. São empregadas medidas de

dissimulação para auxiliar o grosso e as forças de segurança a retraírem com um mínimo de interferência do inimigo. Tais medidas são, também, empregadas para emboscar e destruir o inimigo.

6-25. TIPOS DE MOVIMENTOS RETRÓGRADOS

a. Retraimento

(1) Para o retraimento, a divisão fornece às brigadas: setores, reforços (se disponíveis) e indicações sobre a próxima missão a ser cumprida pela divisão. Seu comandante coordena a execução da ação, prescrevendo, no que for aplicável, a simultaneidade ou sucessividade das ações das brigadas, o início do retraimento, as restrições ou créditos quanto à utilização das vias de transportes, o limite máximo de permanência na posição do escalão de contato, as zonas de reunião ou uma linha à retaguarda da qual as brigadas devem reunir os seus meios, e as ligações a estabelecer.

(2) A DE, considerando a extensão da frente em que atua, e as dificuldades de comando daí decorrentes, normalmente atribui às brigadas a responsabilidade pelo estabelecimento de forças de cobertura, podendo, entretanto, tendo em vista uma melhor coordenação, prescrever as regiões onde devem ser instaladas, as direções a barrar, a hora em que devem estar instaladas e o prazo mínimo de permanência.

b. Retirada

– A ação da divisão em uma retirada é em tudo semelhante a que desenvolve na marcha para o combate. Coordena o movimento das brigadas e das unidades da base divisionária, fixando-lhes zonas de ação ou prioridades na utilização dos itinerários, bem como regiões de destino. Coordena, também, as medidas de segurança, determinando as ligações que as retaguardas devem estabelecer ou tomando a seu cargo a proteção do movimento.

c. Ação retardadora

– Abandonada uma posição, o comando da divisão procura, o mais rapidamente, colocar o grosso fora do alcance de uma ação imediata do inimigo. A fim de realizar o retardamento do inimigo, são interpostas forças de segurança (cobertura, retaguarda, etc) entre o grosso e o inimigo. Este retardamento, realizado entre duas posições sucessivas, pode ter como finalidade de ganhar o tempo indispensável à organização da posição seguinte ou a diminuir o tempo de combate nesta posição, mantendo o inimigo afastado o maior tempo possível. Para atingir essas finalidades, a divisão, muitas vezes, necessita instalar uma ou mais posições intermediárias de retardamento. Quando, entretanto, existir grande espaço entre a posição a ser abandonada e a que indica o limite máximo de

recuo, facultando-lhe ganhar o tempo imposto sem combater ou combatendo um mínimo nessa última posição, pode a divisão empenhar-se a fundo no retardamento. Nesse caso particular, a operação caracteriza-se principalmente pelo jogo de escalões em posições intermediárias e toma aspecto de ação em posições sucessivas. Esta forma de realizar o movimento retrógrado, além de ocasionar grande desgaste físico e moral, apresenta o inconveniente de as forças defensoras correrem o risco de, aferradas nas posições intermediárias, serem batidas por partes. Portanto, este tipo de movimento retrógrado nem sempre é compensador. Normalmente, a adoção é justificada quando puder ser ganho todo o tempo imposto à frente da posição da última linha de retardamento.

CAPÍTULO 7

OPERAÇÕES DE TRANSPOSIÇÃO DE CURSOS DE ÁGUA

7-1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

a. As características do ambiente operacional continental indicam que, com freqüência, as forças terrestres se defrontarão com rios obstáculos, de vulto variável, que devem ser transpostos no mais curto prazo, tendo em vista minimizar a perda da impulsão das operações ofensivas.

b. O estabelecimento de uma cabeça-de-ponte é, normalmente, o meio utilizado para permitir o prosseguimento das operações na segunda margem, o que deve ocorrer logo que as condições o permitam.

c. Pelas suas características e possibilidades, a DE é o escalão mais indicado para planejar e executar operações de transposição de cursos de água obstáculos.

d. Será freqüente o Ex Cmp colocar elementos da Av Ex sob controle operacional da DE, ou, então, apoiá-la com outra forma de emprego, para operações de transposição de curso de água. Nesse caso, o Cmt DE, considerando o número e características dos helicópteros a sua disposição, deverá verificar a possibilidade e conveniência de assaltos aeromóveis e acidentes capitais em profundidade. A capacidade de reconhecimento, navegação noturna, obtenção de surpresa e (limitado) apoio de fogo para autoproteção tornam o BAvEx elemento de importância nas operações de transposição de curso de água, particularmente em AOC:

7-2. DESENVOLVIMENTO GERAL DA OPERAÇÃO

Uma operação de transposição, geralmente, obedece ao seguinte desenvolvimento:

- informações e reconhecimentos;
- planejamento, e
- execução.

7-3. INFORMAÇÕES

a. As informações incluem as informações estratégicas, produzidas pelo Ministério do Exército e órgãos do teatro de operações, e as informações de

combate fornecidas ao comandante da operação por todos os órgãos disponíveis.

b. Os processamentos e as necessidades de informações para uma operação de transposição de curso de água são essencialmente os mesmos que os outros tipos de operações; entretanto, a transposição requer um maior número de informações de natureza técnica. Assim, é preciso estar a disposição, desde as etapas iniciais do planejamento, dados técnicos sobre a largura, a profundidade, a velocidade da corrente e o regime do curso de água, bem como uma previsão das condições meteorológicas, para o prazo longo possível.

c. Alguns desses dados são resultados de anos de estudos e observações. Por isso, é reunido o máximo de informações e informes produzidos pelos órgãos estratégicos, antes e durante a progressão em direção ao rio. É dada particular ênfase às informações necessárias à engenharia, porque ela é responsável pelos aspectos técnicos da operação, diretamente ligados à travessia.

d. A busca de informes e a produção de informações incidem, particularmente, sobre os seguintes aspectos:

- capacidade do inimigo de opor-se à travessia;
- características do curso de água;
- obstáculos naturais e artificiais;
- aspectos táticos do terreno;
- rede de estradas e acessos ao rio;
- locais de travessia, e
- recursos locais na área em estudo.

7-4. RECONHECIMENTO

Os reconhecimentos podem ser terrestres e áreos. São essenciais à operação e iniciam-se o mais cedo possível.

a. Tipos de reconhecimento

(1) Técnico – Realizado pela engenharia de apoio à operação, visando:

- ao levantamento dos locais mais apropriados para a travessia (de assalto, em passadeiras, portadas e pontes);
- à escolha dos acessos aos locais de travessia;
- a conhecer, em detalhes, as características do curso de água.

(2) Tático – Realizado pelo comandante e estado-maior da divisão e comandos subordinados envolvidos na operação. O reconhecimento terrestre é intensamente utilizado e o aéreo é indispensável ao comando da divisão e visam particularmente:

- à seleção dos locais de travessia dentre os indicados pela engenharia;

- a escolha das zonas de reunião, e
- à identificação dos objetivos, inimigo, etc.

b. Tais reconhecimentos são complementados por ações de patrulhas de infantaria integradas por elementos de engenharia que, atravessando o rio, sondam a margem inimiga, localizando os campos de minas e demais obstáculos, fazendo prisioneiros, etc.

7-5. PLANEJAMENTO

a. O planejamento abrange um estudo preliminar, anterior ao recebimento de uma diretriz do escalão superior, um planejamento inicial, após o recebimento da referida diretriz e baseado na concepção da manobra do comando da divisão, e de um planejamento geral que se inicia com a decisão do Cmt DE.

b. O planejamento geral inclui a preparação do plano de operação e seus anexos, que são submetidos à consideração do comandante, a expedição do plano aprovado, a distribuição das ordens necessárias e a assistência aos escalões subordinados, na organização e execução de seus planos.

c. No escalão DE, o planejamento inicia-se logo que a operação for prevista. As informações recebidas do exército de campanha são completadas por outras resultantes de reconhecimentos feitos ao abordar o rio.

d. O E3 é responsável, perante o Cmt DE, pelo desenvolvimento dos planos de travessia; para o desempenho dessas atribuições, ele trabalha em íntima ligação com o engenheiro divisionário, o qual se encarrega, particularmente, dos aspectos técnicos da travessia.

e. A operação de transposição de curso de água obstáculo apresenta as seguintes características:

- o planejamento de uma transposição inicia-se tão logo a divisão tome conhecimento da operação;
- o escalão divisão de exército é o encarregado do planejamento e da execução da operação, todavia, em circunstâncias especiais, se devidamente reforçada com os meios necessários, uma brigada poderá fazê-los.
- a linha de cabeça-de-ponte, normalmente, não é imposta pelo escalão superior, ficando sob a responsabilidade do comandante da divisão determiná-la;
- o planejamento geral desenvolve-se a partir da linha de objetivos finais para a linha do curso de água, ou seja, da linha de cabeça-de-ponte para a retaguarda.

f. Maiores detalhes sobre o planejamento e execução da operação de transposição de curso de água são encontrados nos manuais C 31-60 – OPERAÇÕES DE TRANSPOSIÇÃO DE CURSOS DE ÁGUA e C 5-1 – EMPREGO DA ENGENHARIA.

CAPÍTULO 8

OPERAÇÕES ANFÍBIAS

ARTIGO I

GENERALIDADES

8-1. DEFINIÇÃO

É uma operação de desembarque de força terrestre em litoral definido, ou de sua retirada de um litoral, por meios navais, em virtude de ação do inimigo.

8-2. FINALIDADE

Uma operação anfíbia é apenas um meio com a finalidade de permitir o desenvolvimento de uma ação terrestre, que apoiar-se-á na praia conquistada para permitir a ação ofensiva desejada ou a retirada de meios.

8-3. AMPLITUDE

A operação anfíbia inclui o planejamento, o embarque de tropa e dos equipamentos, os ensaios, os deslocamentos para a área do objetivo, o desembarque das tropas de ataque e dos suprimentos e equipamentos de acompanhamento e o apoio à força de desembarque até o término da operação. A operação anfíbia não inclui o aprestamento das forças, o treinamento preliminar nas operações anfíbias, nem as operações subseqüentes à instalação da força de desembarque no litoral inimigo.

8-4. PARTICULARIDADES

Uma operação anfíbia integra virtualmente todos os tipos de forças terrestres, navais e aéreas em um esforço militar coordenado. São essenciais as relações de comando bem definidas, a íntima cooperação e a coordenação entre todas as forças participantes.

ARTIGO II

ORGANIZAÇÃO E COMANDO

8-5. GENERALIDADES

Unidades do Exército participam de uma operação anfíbia normalmente constituindo, no todo ou em parte, a força de desembarque de uma força-tarefa anfíbia combinada. Assim, as considerações que orientam a organização de forças combinadas são aplicáveis ao caso. Entretanto, nas operações anfíbias existe uma íntima relação entre as tarefas dos diversos escalões das forças participantes.

8-6. FORÇA DE DESEMBARQUE

a. A força de desembarque compreende as unidades da força terrestre e/ou de fuzileiros navais, designadas para o planejamento e execução do assalto anfíbio.

b. Quando uma DE constituir a força de desembarque, deverá enquadrar, além das brigadas e unidades do EB, elementos de fuzileiros navais em apoio, destinados às missões especializadas (reconhecimento de praia, demolição, remoção de obstáculos, etc).

ARTIGO III

PLANEJAMENTO OPERACIONAL

8-7. GENERALIDADES

a. As normas para o planejamento de uma operação anfíbia são, basicamente, as mesmas das operações terrestres normais, muito embora haja consideráveis diferenças entre esses dois tipos de operações. As principais diferenças surgem da própria natureza complexa da operação e da participação de duas ou mais forças singulares, realizando um esforço combinado.

b. O planejamento é difícil e caracterizado pelos aspectos abaixo:

(1) necessidade de preparar todos os planos minuciosamente;

(2) interdependência de todos os principais componentes da força combinada, a fim de que sejam cumpridas as suas missões específicas;

(3) o fato de o plano tático da força de desembarque, o qual é sujeito a muitas modificações, ser a base para todo o planejamento;

(4) necessidade da completa integração dos meios de apoio de fogo

disponíveis (canhões navais, artilharia e aéreo);

(5) a dependência que fica o plano tático de um plano complexo de apoio logístico;

(6) o planejamento de natureza inversa (as ações, de um modo geral, são planejadas em seqüência inversa a da execução);

(7) a necessidade de redigir todas as considerações a fim de evitar mal entendidos;

(8) o planejamento simultâneo, em todos os escalões;

(9) a necessidade de coordenação de planejamento entre as forças singulares;

(10) a necessidade de solucionar problemas de tempo e espaço;

(11) a complexidade das relações de comando, e

(12) a possibilidade de um conflito entre as necessidades das forças singulares.

8-8. TEMPO NECESSÁRIO AO PLANEJAMENTO

Operações anfíbias importantes serão realizadas com êxito havendo um planejamento minucioso e cuidadoso. O planejamento dessas operações exige muito mais tempo que o de outras operações por causa dos seguintes aspectos:

- número e diversidade de unidades envolvidas;
- minúcias necessárias para coordenar seus esforços;
- reunião de forças e materiais grandemente distanciados;
- necessidade de instrução especializada;
- complexidade do embarque;
- necessidade de ensaios;
- necessidade de informações diversas, e
- oportunidade do movimento para a área de objetivo.

8-9. ESQUEMA DE MANOBRA TERRESTRE

a. O esquema de manobra das forças de desembarque em terrra baseia-se nos princípios aplicáveis ao combate terrestre normal, embora certas considerações possam exigir ênfase especial.

b. O objetivo das forças de desembarque é conquistar terreno suficiente para conter tropas, equipamento e instalações de apoio sem o perigo de congestionamento da área. Esta área da cabeça-de-praia deve incluir terreno favorável para a defesa de contra-ataques inimigos.

c. Os objetivos intermediários devem proporcionar, o mais cedo possível, a conquista dos acidentes capitais do terreno que controlam a faixa litorânea, as rotas de aproximação das embarcações e aeronaves e que possam ser usados pelo inimigo para interferir no movimento navio-terra, das tropas e dos suprimentos.

d. O emprego de forças aeroterrestres e a utilização de aeronaves no movimento navio-terra podem permitir a conquista do objetivo final antes ou simultaneamente com a redução dos objetivos intermediários. As forças aeroterrestres lançadas profundamente na cabeça-de-praia podem auxiliar o movimento para o interior das forças desembarcadas em terra.

e. As forças aeromóveis da força-tarefa anfíbia podem conquistar objetivos intermediários. Os planos para o emprego dessas forças devem prever apoio ao combate e administrativo.

f. Embora as forças em reserva sejam empregadas de forma semelhante aos outros tipos de operações terrestres, seu emprego depende da disponibilidade de embarcações de desembarque, veículos anfíbios e aeronaves de transporte, assim como zonas de desembarque adequadas. A disponibilidade desses veículos raramente permitirá a manutenção de uma parte deles para o uso exclusivo pela reserva.

8-10. RESPONSABILIDADES

a. O planejamento de uma operação anfíbia exige uma perfeita delimitação das responsabilidades entre as forças singulares participantes e entre seus escalões.

b. A coordenação geral e o controle do planejamento constituem uma responsabilidade do comandante da força combinada.

c. A divisão de exército, como força de desembarque, é a responsável por todo o planejamento e execução das operações referentes a esta força.

8-11. ESTUDO DETALHADO DO ASSUNTO

O estudo detalhado do assunto é apresentado no manual C 31-12 – FORÇAS DO EXÉRCITO EM OPERAÇÕES ANFÍBIAS.

ÍNDICE ALFABÉTICO

"A"

	Prf	Pag
Amplitude (Op Anf)	8-3	8-1
Apoio		
– aéreo aproximado	4-6	4-5
– de artilharia	4-5	4-3
– de fogo de helicópteros de ataque ou armados	4-8	4-7
– de fogo naval	4-7	4-7
– de fogo nuclear	4-9	4-7
– de informações às operações de dissimulação	4-18	4-12
Áreas		
– de apoio logístico	4-29	4-17
– de defesa	6-4	6-2
Artilharia divisionária	3-3	3-2
Ataque de desorganização	6-6	6-4

"B"

Batalhão de comunicações	3-6	3-4
Batalhão logístico e companhia de administração	3-7	3-4
Brigada de		
– cavalaria blindada	3-16	3-6
– cavalaria mecanizada	3-17	3-6
– infantaria blindada	3-12	3-5
– infantaria de selva	3-13	3-5
– infantaria de montanha	3-15	3-6
– infantaria motorizada	3-11	3-5
– infantaria pára-quedista	3-14	3-6
Busca de alvos	4-16	4-11

"C"

Cadeia de apoio 4-28 4-17
Características da divisão de exército 1-3 1-1
Centro de operações táticas 2-6 2-4
Comandante da divisão 2-2 2-1
Comando e companhia de comando 3-2 3-1
Comandos 3-18 3-6
Companhia de polícia do exército 3-8 3-4
Composição 4-21 4-13
Conceito 1-1 1-1
Condução da operação 6-22 6-24
Conduta
- do combate (de defesa móvel) 6-12 6-13
- do combate (do aproveitamento do êxito e perseguição) 5-13 5-11
- (Marcha para o combate) 5-6 5-4

Considerações gerais 7-1 7-1
Contra-informação 4-17 4-11
Coordenação
- do apoio de fogo 4-4 4-2
- e controle (da marcha para o combate) 5-5 5-3
- e controle (do ataque coordenado) 5-10 5-9
- e controle (dos movimentos retrógrados) 6-23 6-24

"D"

Defesa
- antiaérea 4-11 4-8
- contra a infiltração 6-18 6-21
- contra ataques aeroterrestres e aeromóveis 6-17 6-20
- contra blindados 6-16 6-20
- contra guerrilheiros 6-19 6-21

Definição (Op Anf) 8-1 8-1
Desenvolvimento geral da operação (Trsp Curso de água) . 7-2 7-1
Dispositivo (Atq coordenado) 5-9 5-8

"E"

Elementos de apoio
- ao combate 4-1 4-1
- logístico 4-2 4-1

Emprego
- (Comunicações) 4-22 4-14
- da artilharia antiaérea 4-10 4-7

Engenharia divisionária
- (Base divisionária) 3-4 3-3

- (Engenharia) 4-19 4-12
Esquadrão de ligação e observação 3-9 3-4
Esquema de manobra terrestre (Op Anf) 8-9 8-3
Estado-Maior 2-3 2-1
Estudo
- de situação 6-7 6-4
- detalhado do assunto (Op Anf) 8-11 8-4

"F"

Finalidade (Op Anf) 8-2 8-1
Força de desembarque 8-6 8-2
Formas de manobra
- (Op Def) 6-1 6-1
- (Op Ofs) 5-2 5-1
Fundamentos
- da defesa 6-5 6-3
- doutrinários 6-21 6-24

"G"

Generalidades
- (Apoio de fogo) 4-3 4-2
- (Apoio logístico) 4-27 4-17
- (Apoio QBN) 4-25 4-16
- (Aproveitamento do êxito e perseguição) 5-12 5-11
- (Ataque coordenado) 5-7 5-4
- (Aviação do Exército) 4-23 4-14
- (Base divisionária) 3-1 3-1
- (Brigadas) 3-10 3-5
- (Comando) 2-1 2-1
- (Considerações defensivas especiais) 6-15 6-19
- (Defesa de área) 6-13 6-16
- (Defesa de posição) 6-2 6-1
- (Defesa móvel) 6-8 6-7
- (Informações) 4-12 4-8
- (Instalações de comando) 2-4 2-2
- (Marcha para o combate) 5-3 5-1
- (Operações psicológicas) 4-26 4-16
- (Organização e comando-Op Anf) 8-5 8-2
- (Planejamento operacional-Op anf) 8-7 8-2
- (Reconhecimento em força) 5-14 5-13

"I"

Informações 7-3 7-1

"M"

Missões da divisão de exército	1-2	1-1

"O"

O esquadrão de ligação e observação em apoio à divisão de exército	4-24	4-15
Ordens	5-11	5-9
Organização da		
– (Defesa de área)	6-14	6-17
– (Defesa móvel)	6-10	6-8
– Órgãos de informações	4-14	4-10

"P"

Particularidades		
– do planejamento da defesa	6-11	6-11
– (Operações anfíbias)	8-4	8-1
Planejamento		
– (Ataque coordenado)	5-8	5-7
– (Marcha para o combate)	5-4	5-2
– (Operações de transposição de cursos de água)	7-5	7-3
Possibilidades e limitações	1-4	1-2
Postos do comando divisionários	2-5	2-2

"R"

Reconhecimento		
– (e segurança)	6-24	6-25
– (Informações)	4-13	4-8
– (Operações de transposição de cursos de água)	7-4	7-2
Regimento de cavalaria mecanizado	3-5	3-3
Responsabilidades (Op Anf)	8-10	8-4

"S"

Segurança de área de retaguarda	6-20	6-22
Sistema de comunicações divisionário	4-20	4-13

"T"

Tempo necessário ao planejamento (Op Anf)	8-8	8-3
Tipos		
– de defesa em posição	6-3	6-1
– de movimentos retrógrados	6-25	6-26
– de operações	5-1	5-1

Tropas divisionárias 3-19 3-7

"V"

Variações nos tipos de defesa em posição 6-9 6-7
Vigilância de combate 4-15 4-11

DISTRIBUIÇÃO

1. ÓRGÃOS

Gabinete do Ministro	01
Estado-Maior do Exército	15
DEE, DFA, DEPA	03
SGEx	01

2. GRANDES COMANDOS E GRANDES UNIDADES

Comandos Militares de Área	14
Regiões Militares	24
Divisões	32
Brigadas	54
Grupamentos de Engenharia	04
Artilharias Divisionárias	20

3. UNIDADES

Infantaria	69
Cavalaria	52
Artilharia	37
Engenharia	40
Comunicações	10
BLog	42
BSup	01
B D Mun	01
B M Armt	01
F Esp	02
DOMPSA	01
Fron	06
P E	10
Guarda	06
Aviação	02

4. SUBUNIDADES (autônomas ou semi-autônomas)

Infantaria	03
Cavalaria	19
Artilharia	19
Engenharia	12
Comunicações	17
Material Bélico	11
Intendência	04
Fron	02
P E	24
Guarda	14
Cia Prec Pqdt	01
Cia Def QBN	01
Cia Cmdo (grandes unidades e grandes comandos)	44
Cia Prec Pqdt	01
Cia Def QBN	01

5. ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

ECEME	100
EsAO	50
AMAN	10
EsSA	03
CPOR	05
EsCom, EsACosAAe, EsIE, CIGS, CIPqdt GPB, CIGE	12
EsPCEx	02
Colégios Militares	05

6. OUTRAS ORGANIZAÇÕES

Arq Ex	01
Bibliex	01
C Doc Ex	01
E G G C F	01

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
3ª SUB CHEFIA
QG DO EXÉRCITO – S M U
70630 – BRASÍLIA-DF

REM:

Nome

Endereço

Cidade

Estado

De acordo com a Port. 092-EME, de 20 de dezembro de 1978, propõe-se:

1. Publicação: (Indicativo, Título, Ano da edição)
2. Correções de Texto (Página, parágrafo, linha, DE, PARA)
3. Outras observações ou comentários.

OM, Local, Data: _____

Nome, Posto/Grad: _____

Assinatura: _____

Este manual foi elaborado com base em anteprojeto apresentado pela ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO.

2ª Edição
Tiragem: 1.000 exemplares
Setembro de 1989